

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A INFLUÊNCIA DAS REGULAMENTAÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE O
SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
REAL**

MARIA CRISTINA REICHARDT MUNHOZ KOERICH

Florianópolis (SC), novembro de 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A INFLUÊNCIA DAS REGULAMENTAÇÕES GOVERNAMENTAIS SOBRE O
SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
REAL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por Maria Cristina Reichardt Munhoz Koerich

Orientador: Prof. Dr Roberto Meurer.

Área de Pesquisa: Economia Monetária

Palavras chaves:

- 1. Sistema bancário**
- 2. Plano Real**
- 3. Evolução**

Florianópolis (SC), novembro de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 (oito) à aluna Maria Cristina Reichardt Munhoz Koerich na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Roberto Meurer
Presidente

Prof. Dr. Fernando Seabra
Membro

Prof. Ricardo José A. de Oliveira
Membro

*Ao meu esposo Edson e à minha filha Eduarda,
por existirem.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, por Sua presença constante em minha vida e por dar-me o dom da perseverança.

À minha mãe, que sempre foi pra mim um exemplo de força e coragem a ser seguido.

À toda minha família que, mesmo estando longe, jamais deixou de acreditar em mim.

À minha sogra e à minha cunhada Beta por sua generosidade e disponibilidade.

Aos colegas de trabalho que estiveram ao meu lado nesta caminhada, em especial, ao Ig, que sempre me incentivou a prosseguir.

Ao professor Roberto Meurer, pelo tempo e atenção dispensados desde o projeto desta monografia.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	XII
LISTA DE GRÁFICOS	XIII
LISTA DE TABELAS	XIV
RESUMO.....	XV
1. O PROBLEMA.....	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 OBJETIVOS	3
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	3
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	3
1.3 METODOLOGIA	3
2. SISTEMA FINANCEIRO	4
2.1 O QUE É O SISTEMA FINANCEIRO.	4
2.1.1 <i>Definição e função</i>	4
2.1.2 <i>Classificação</i>	6
2.1.3 <i>Mercados Financeiros</i>	7
2.2 SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO.....	9
2.2.1 <i>Histórico</i>	9
2.2.2 <i>Características atuais</i>	13
2.2.3 <i>Composição</i>	15
2.2.4 <i>Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista</i>	17
3. PROGRAMAS VOLTADOS À ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.	20
3.1 PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO - PROER.....	20
3.2 FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC.....	22
3.3 PROGRAMA DE INCENTIVO À REDUÇÃO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCÁRIA - PROES.....	23

3.4 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS - PROEF.	25
4. EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO PRÉ E PÓS-PLANO REAL.....	27
4.1 PERÍODO DE 1988 A 1994 (PRÉ-PLANO REAL)	27
4.2 PERÍODO DE 1994 (PÓS-PLANO REAL) ATÉ A ATUALIDADE.....	31
4.2.1 – <i>Evolução do capital externo no Sistema Financeiro Nacional.</i>	38
4.2.2 – <i>Quantidade de instituições bancárias por segmento.</i>	39
4.2.3 – <i>Análise dos ativos, do patrimônio, das operações de crédito e das operações de depósito do sistema bancário brasileiro no período de 1993 a 2003.</i>	41
5. CONCLUSÃO.....	48
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo de Fundos através do sistema Financeiro.....	05
----------------------------------------------------------------------	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual do total de ativos da área bancária por porte.....	37
Gráfico2 – Comparativo da criação de bancos múltiplos entre os períodos de 89/93 e 94/00.....	38
Gráfico 3 – Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária.....	44
Gráfico 4 – Participação percentual das instituições no patrimônio da área bancária.....	45
Gráfico 5 – Participação percentual das instituições nas operações de crédito da área bancária	46
Gráfico 6 - Participação percentual das instituições nos depósitos da área bancária.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sedes e dependências de instituições bancárias no país no período de 1970 a 1985.....	12
Tabela 2 – Composição do Sistema Financeiro Brasileiro.....	17
Tabela 3 – Operações realizadas com financiamento do PROER.....	22
Tabela 4 – Quadro Resumo do PROES – Set/2002.....	25
Tabela 5 – Bancos em funcionamento em 31.12.1988.....	29
Tabela 6 – Evolução do sistema bancário no Brasil após a Resolução 1524, de 21.09.88.....	29
Tabela 7 – Bancos múltiplos constituídos no período de 1989 a 1993. Autorizações concedidas por meio de transformações de objeto social.....	30
Tabela 8 – Mudanças na estrutura do sistema bancário brasileiro no período de 1990 a 1994 (pré-Plano Real).....	31
Tabela 9 – Composição do sistema bancário em junho de 1994.....	32
Tabela 10 – Brasil: Receita Inflacionária dos Bancos.....	33
Tabela 11 – Evolução das operações de crédito e dos depósitos no SFN - R\$ milhões.....	34
Tabela 12 – Quantidade de bancos que sofreram ajustes após o Plano Real.....	35
Tabela 13 – Bancos múltiplos constituídos no período de 1994 (pós-Plano Real) a Dez/2000. Autorizações concedidas por meio de transformações de objeto social.....	38
Tabela 14 – Evolução das tarifas bancárias frente ao total das despesas administrativas e receitas operacionais.....	39
Tabela 15 – Participação percentual nos ativos totais do grupo.....	40
Tabela 16 – Quantidade de instituições por segmento.....	41
Tabela 17 – Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e CEF nos ativos totais do segmento bancário.....	48

RESUMO

Este trabalho propõem-se a identificar as principais mudanças ocorridas na estrutura do sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real. Em 1808, quando foi decretada a abertura do Brasil ao comércio exterior não existiam instituições monetárias no país e não havia nada que pudesse chamar-se papel moeda. A partir de então, é possível verificar a existência de quatro fases distintas no sistema financeiro brasileiro. A primeira vai do fim do período colonial até os primeiros anos da República, a segunda abrange o período das guerras e da Grande Depressão, a terceira tem início em 1945, encerrando-se com as reformas institucionais de 1964/65, e a quarta inicia-se com as reformas e estende-se até os dias atuais. No biênio 64/65 foram promulgadas três leis que causaram profundas reformas institucionais no Sistema Financeiro Nacional, nesse período foi criado o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional. A década de 70 foi marcada por grande concentração no sistema financeiro do país, o que ocorreu através de fusões e aquisições. Em 1988, com a edição da Resolução 1524, de 21/09/1988, do Banco Central do Brasil, foi legalizado o funcionamento dos bancos múltiplos no país. Em 1994, com a implementação do Plano Real e a queda nos índices de inflação, veio à tona a situação problemática em que se encontravam alguns bancos nacionais, entre eles o Econômico e o Nacional. Em função disso o sistema bancário esteve prestes a entrar em uma grande crise. Tal fato só não ocorreu devido à intervenção do Governo Federal, que através da abertura do sistema ao capital estrangeiro e da implantação de programas voltados ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional evitou que a crise acontecesse. Em função das fusões e aquisições ocorridas nesse período, o número de bancos nacionais, excetuadas as Cooperativas de Crédito, sofreu redução. Houve ainda, aumento no número de bancos estrangeiros e o sistema bancário tornou-se mais concentrado. Atualmente o sistema bancário continua com tendência à concentração, porém, os maiores compradores de outros bancos são os grandes bancos nacionais, que buscam obter ganhos de escala, enquanto que os bancos estrangeiros vem reduzindo sua participação no Sistema Financeiro Nacional.

1. O PROBLEMA

1.1 Introdução

O desenvolvimento e o crescimento socioeconômico são objetivos que há muito tempo vem sendo buscados por grande parte dos países. O sistema bancário, ao agir como intermediário financeiro de toda uma nação, é fundamental para assegurar satisfatoriamente a conquista desses objetivos. Porém, desde a sua criação até os dias atuais, os bancos passaram por um longo processo de ajustamento para desempenhar o papel que hoje desempenham, de grande relevância para o crescimento econômico do país.

O sistema financeiro é constituído por inúmeras instituições de intermediação financeira, porém, *“a mais importante das instituições financeiras, tanto historicamente quanto em termos do volume de intermediação financeira realizado, é o banco, particularmente o banco comercial”* (CARVALHO, Fernando Cardim de, et al, 2000: 253). Isso se deve em grande parte ao fato de possibilitar o acesso ao sistema desde às pessoas mais simples até corporações de grande porte, outro ponto positivo é a grande capacidade que possui de multiplicar o crédito. Os bancos possuem diversas funções, que no conjunto com outros setores da economia, visam alcançar e manter a estabilidade econômica.

A existência de um sistema forte é essencial para qualquer país. Atualmente verifica-se a existência dos bancos em praticamente todas as economias. Segundo PELAÉZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson(1981: 313):

“em uma economia com um certo grau de desenvolvimento, existe um conjunto típico de agentes econômicos com “excesso de poupança” e outro conjunto com “déficit de poupança”. A eficiência na alocação de recursos pode ser melhorada através da canalização dos excedentes dos poupadores para as atividades produtivas dos investidores. Esta é a função principal do intermediário financeiro, cujo lucro se origina no “spread”, ou na diferença entre a taxa paga aos poupadores e a taxa cobrada dos investidores.”

Da mesma forma que ocorre nos demais setores da economia, a estrutura da indústria bancária é resultado de várias forças que agem simultaneamente, entre estas forças está presente a autoridade monetária que interfere diretamente na estrutura do sistema bancário através de regulamentação específica e indiretamente através de políticas monetárias.

Desde a sua criação, o sistema bancário brasileiro vem sofrendo alterações, porém, em nenhum período nas últimas décadas observou-se mudanças tão profundas e de tamanha grandeza quanto as que ocorreram após a implementação do Plano Real. Os bancos sofreram uma grande redução na receita inflacionária e foram afetados também pela política monetária restritiva imposta após o plano de estabilização econômica. Aqueles que possuíam ativos de maior liquidez conseguiram compensar as perdas com aumento das receitas provenientes do crédito e da prestação de serviço, porém, os bancos com ativos de reduzida liquidez não resistiram às condições desfavoráveis que se seguiram ao Plano Real. Após a euforia que veio após o plano, o que constatou-se foi uma alta inadimplência, em 1995 houve uma crise bancária que obrigou o Estado a injetar recursos em várias instituições, através de saneamento dos bancos públicos e privados. O ajuste no setor, segundo Mendonça de Barros e Almeida Jr. Apud GARMAN, Christopher; LEITE, Cristiane Kerches da Silva (1998), passa por três fases: 1) diminuição do número de bancos, em decorrência da liquidação, incorporação, fusão e transferência de controle acionário; 2) ajuste dos bancos públicos federais, através da capitalização dos mesmos pelo Tesouro Nacional e de medidas administrativas e; 3) ajuste dos bancos estaduais através da privatização, extinção ou transformação dos mesmos em agências de fomento.

Segundo Fernando Cardim de Carvalho, et al, com o declínio da inflação houve um estreitamento do mercado bancário brasileiro. A participação do setor financeiro no PIB passou de 15,6% em 1993 para 6,9% em 1995. O Banco Central adotou medidas de controle monetário e desaquecimento da economia o que levou o sistema bancário a chegar próximo de uma crise gigantesca. Tal crise foi evitada através da criação de programas voltados a estabilização do sistema financeiro, como o PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, que possibilitou a compra dos bancos problemáticos por aqueles que estavam em melhor situação, e PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, que oferecia aos governos opções de reestruturação para os bancos públicos estaduais.

Com relação à mudança do controle acionário um fato de grande relevância ocorrido na fase pós-Plano Real foi a entrada de grande volume de capital estrangeiro no setor.

A mudança, claramente visível, da estrutura do sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real é o objeto de análise do presente trabalho.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar as principais mudanças na estrutura do sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real.

1.2.2 Objetivos específicos

- Expor um histórico sobre o sistema bancário brasileiro;
- Descrever o que é o sistema financeiro;
- Apresentar a estrutura bancária brasileira;
- Analisar a reestruturação do sistema bancário pós-Plano Real.

1.3 Metodologia

Quanto ao aspecto metodológico do presente trabalho, é necessária uma pesquisa em bibliografias referentes à história do sistema bancário brasileiro, ao funcionamento e à estrutura deste setor e também sobre o sistema financeiro como um todo.

A pesquisa será desenvolvida com a utilização de livros, trabalhos acadêmicos, artigos de instituições ligadas ao setor e também sites da Internet.

No intuito de obter um embasamento teórico sobre o assunto, os livros são a fonte mais eficaz a ser utilizada.

A análise da mudança da estrutura do sistema bancário ocorrida em função do Plano Real será feita com base nos dados encontrados nos sites de instituições oficiais como o Banco Central ou IPEA.

2. SISTEMA FINANCEIRO

2.1 O que é o sistema financeiro.

2.1.1 Definição e função.

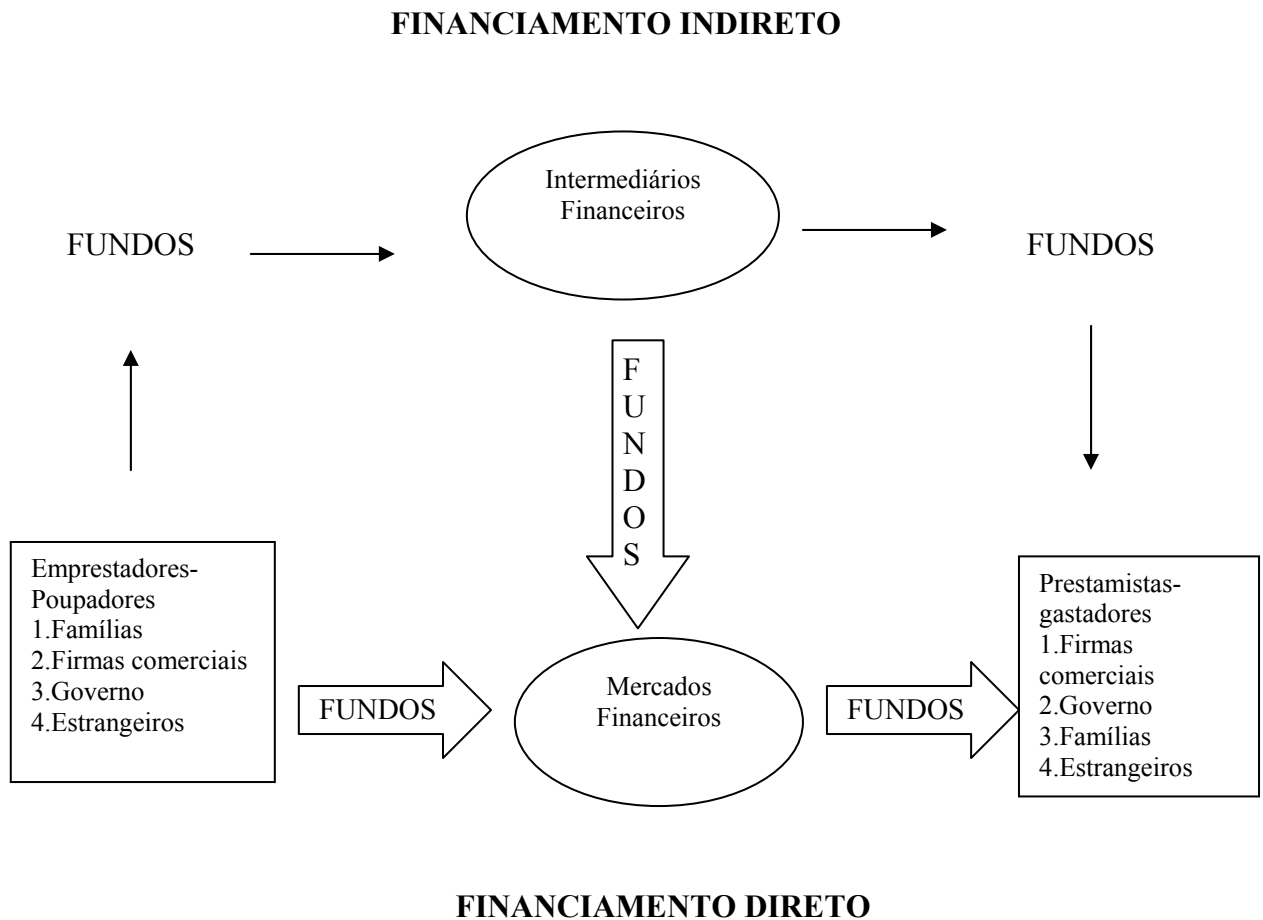
O desenvolvimento de uma economia só é possível se houver investimento, o qual não acontece por acaso, necessita de um planejamento. Segundo Fernando Cardim de Carvalho, et al, (2000:235) , é possível verificar a existência de investimentos desde as sociedades primitivas, onde as famílias poupavam parte de sua colheita presente para destiná-la ao plantio futuro. Em economias modernas, porém, o investimento é resultado de uma decisão prévia de se produzir bens que serão utilizados para produzir outros bens. Os bens que as máquinas oriundas dos investimentos irão produzir devem ser comprados pelos consumidores, gerando renda para o investidor. Portanto, o objetivo do investimento das sociedades primitivas era ampliar a sua produção futura, enquanto que o objetivo do investimento na sociedade atual é obter lucro.

Para que haja investimento é necessário existir no país um sistema financeiro, que é caracterizado pelo conjunto de mercados financeiros de uma economia e também pelas instituições financeiras participantes, o sistema financeiro é regido por regras e pode sofrer uma maior ou menor intervenção do governo. Entre as relações financeiras ocorridas neste sistema está o crédito, considerado a mais simples e fundamental forma de relação. A existência de um sistema de crédito permite ao empreendedor a oportunidade de investir, sem ter que necessariamente ficar restrito aos seus próprios recursos. Segundo CARVALHO, Fernando Cardim de, et al (2000, pg 237).

“Sistemas financeiros permitem que aqueles que acumulam ou herdam recursos, mas que não tem capacidade ou desejo de empregá-los produtivamente, possam transferi-los para os que se dispõem a empreender, a inovar, a contribuir para o desenvolvimento das atividades produtivas. Relações financeiras servem assim para alavancar o desenvolvimento econômico, permitindo uma alocação de recursos muito mais eficiente do que aquela que resultaria previamente.”

A função dos mercados financeiros de canalizar fundos daqueles que tem em excesso para aqueles que tem escassez de fundos está evidenciada na Figura 1:

Figura 1 - Fluxo de Fundos através do sistema Financeiro



Fonte: MISHKIN, Frederic S. **Moedas, bancos e mercados financeiros**.1998, p. 15.

Segundo Mishkin, no financiamento direto, tomadores de recursos pedem empréstimo diretamente para os emprestadores em mercados financeiros. Os recursos são obtidos através de vendas de títulos, que podem representar parte do capital de uma empresa ou uma dívida contraída por ela. Neste tipo de financiamento não há intermediário financeiro, os riscos da operação cabem às partes contratantes.

De acordo com o mesmo autor, no financiamento indireto a transferência de recursos ocorre através de um intermediário financeiro, o emprestador não tem nenhuma obrigação para com o tomador do empréstimo, e vice-versa. O intermediário é quem assume os riscos da transação, sua remuneração é dada pelo *spread*, que é a diferença entre a taxa de captação e a taxa de empréstimo. Neste tipo de financiamento o intermediário está a mercê de duas situações indesejáveis: que o tomador de recursos não efetue o pagamento do empréstimo e que os depositantes retirem seus depósitos antes que o principal seja amortizado. Portanto, a

instituição que realiza este tipo de transação deve se preocupar com a sua solvência e sua liquidez.

Um sistema financeiro busca atingir seus objetivos, e para que isso ocorra, ele deve exercer três funções, de acordo com Fernando Cardim de Carvalho, et al (2000:249), as funções são as seguintes: a primeira é permitir uma alocação mais eficiente dos recursos, canalizando os recursos das unidades superavitárias para as deficitárias, a segunda visa o funcionamento de todos os mercados da economia, sendo que o sistema financeiro deve organizar e operar o sistema de pagamentos e, por fim, a terceira é criar os ativos em quantidade suficiente a fim de satisfazer às demandas dos poupadores por meio de acumulação de riqueza. Os sistemas financeiros são o resultado de elementos técnicos, como o grau de tecnologia ou a existência de um moderno sistema de contabilidade e também de elementos políticos e culturais, que tornam certas práticas mais aceitas em determinado país do que em outro.

Os serviços financeiros não são ditados pela tecnologia, por isso há a necessidade de instituições financeiras que possam realizar estes serviços. O fato de tal sistema ser regido por regras específicas é que lhe concede a denominação de sistema financeiro e não apenas de setor financeiro. Devido às muitas possibilidades de operações existentes no sistema financeiro, é imprescindível a participação da sociedade e do governo para determinar o que e como as coisas devem ser feitas.

2.1.2 Classificação.

Segundo Fernando Cardim de Carvalho, et al (2000:294), o sistema financeiro pode ser classificado de duas formas. A primeira se refere ao tipo de contrato que predomina entre aplicadores e tomadores em uma economia. A segunda é referente às funções exercidas pelas instituições financeiras na elaboração desses contratos.

Quanto ao tipo de contrato:

-Sistemas baseados em mercado: são aqueles em que grande parte do financiamento concedido aos agentes econômicos ocorre através da colocação de papéis no mercado de crédito e de capitais.

-Sistemas baseados em crédito: predominam as relações de crédito, sendo bastante comum neste sistema o predomínio de bancos comerciais.

Quanto a função das instituições financeiras na elaboração dos contratos:

- Sistemas financeiros segmentados: existem instituições específicas para operar nos diversos segmentos do mercado.

- Sistemas de banco universal: são instituições autorizadas a operar em qualquer segmento de mercado.

2.1.3 Mercados Financeiros.

É nos mercados financeiros que ocorrem as transações entre os agentes deficitários e os agentes superavitários. Segundo Fernando Cardim de Carvalho, et al (2000:240), os mercados financeiros possuem quatro classificações: mercados de crédito e mercado de títulos; mercados primários e mercados secundários; mercados públicos ou privados e; mercados intermediados ou desintermediados.

Pela natureza da transação financeira e do contrato resultante:

Mercados de crédito: neste mercado as transações são feitas de forma individualizada, as duas partes que realizam empréstimo são identificadas. As obrigações que resultam da operação são, em princípio, intransferíveis ou não-negociáveis. Isso ocorre porque os contratos tendem a ser feitos de modo a satisfazer as demandas específicas dos tomadores e dos emprestadores em termo de taxas de juros, prazos, garantias e outras disposições relevantes para as partes.

Mercados de título: as transações realizadas neste mercado obedecem regras mais genéricas. Os contratos resultantes obedecem regras de padronização, o que faz com que os títulos semelhantes tornem-se substitutos entre si.

Baseado na identidade dos participantes:

Mercados primários: é onde se realiza a primeira operação de compra de um título. É nele que são canalizados recursos para as unidades deficitárias.

Mercados secundários: nele são realizadas negociações de papéis emitidos no passado, são importantes para dar liquidez aos papéis.

Quanto à disponibilidade de informações e quanto às restrições de participação:

Mercados públicos: todos os participantes usufruem das mesmas vantagens. Os termos dos contratos são conhecidos e acessíveis a todos.

Mercados privados: não são acessíveis a todos. As transações são acordadas de forma bilateral e são conhecidas como operações de balcão. A existência destes mercados permite a coexistência de contratos com características amplamente diferenciadas entre si.

Baseado no papel que exercem as instituições financeiras:

Mercados intermediados: a instituição financeira interpõe suas próprias obrigações no processo de canalização de recursos de um agente para outro. O risco de crédito recai sobre a instituição bancária.

Mercados desintermediados: o prestador último retém diretamente obrigações do tomador final. O papel das instituições financeiras é de apenas promover o encontro entre prestadores e tomadores. O risco do crédito recai sobre o prestador.

Segundo Lopes e Rossetti (1992:304), existem ainda os mercados de capital e cambial.

Mercado de capitais: segmento que concede financiamento de médio e de longo prazos aos agentes econômicos produtivos (tanto da área pública quanto da privada). As transações são voltadas, na sua maioria, para investimentos em capital fixo. A maior parte dos recursos financeiros de longo prazo é suprida por intermediários financeiros não bancários. Integram também esse mercado, as operações que se realizam nas bolsas de valores (particularmente com ações).

Mercado cambial: é nele que se realizam operações de compra e venda de moedas estrangeiras conversíveis. Podem ocorrer operações a prazo (normalmente curto), para suprir necessidades momentâneas de moedas estrangeiras, por exemplo, para fechamento de câmbio de importações; inversamente, podem ser adquiridas divisas por antecipação, por exemplo, de exportadores que trocam, antecipadamente, por moeda corrente do país, as divisas estrangeiras que receberão. Instituições financeiras bancárias e não-bancárias é que intermediam as operações nesse segmento de mercado.

2.2 Sistema bancário brasileiro

2.2.1 Histórico

Desde sua criação, os bancos passaram por um longo processo de ajustamento, para chegar a desempenhar o papel que hoje desempenham como instrumentos de grande importância para o crescimento econômico do país. Em 1808, quando foi decretada a abertura do Brasil ao comércio exterior não existiam instituições monetárias no país e não havia nada que pudesse chamar-se papel-moeda.

Segundo Lopes e Rosseti (1992:307), é possível verificar quatro fases distintas com relação à evolução do sistema financeiro do Brasil, a primeira vai do fim do período colonial até os primeiros anos da República, a segunda abrange o período das guerras e da Grande Depressão, a terceira tem início em 1945, encerrando-se com as reformas institucionais de 1964/65, e a quarta inicia-se com as reformas e estende-se até os dias atuais.

Buscando uma reforma da estrutura monetária do país foram tomadas diversas providências durante o ano de 1808, entre elas a criação do Tesouro Real e do Conselho Financeiro e a abertura de um banco no Rio de Janeiro para troca do ouro em poder da população. No mesmo ano foi autorizada a emissão de certificados de depósito de ouro em pó no Tesouro, os quais poderiam ser utilizados para pagamento de transações com o governo, estes certificados foram a primeira forma, embora rudimentar, de papel-moeda.

Segundo Peláez e Suzigan (1981:39), havia três razões oficiais para o estabelecimento de um banco no país: a primeira era a necessidade de financiamento para as despesas do governo, a segunda era a necessidade de grandes saldos de capital líquido para financiar o volume de comércio exterior e a terceira era a necessidade de capital de giro abundante para financiar as exportações de manufaturados nacional. Em função disso, no dia 11 de dezembro de 1809 tiveram início as atividades do primeiro banco público do país, o Banco do Brasil, que após período crítico teve sua liquidação autorizada em 1829, porém encerrou suas atividades em 1835, após inúmeras tentativas de manter seu funcionamento. No período subsequente o país ficou sem nenhuma instituição monetária.

Em 1830 a economia estava aquecida em função da produção e exportação do café, era necessário que o sistema financeiro acompanhasse esta evolução, assim em 1836 foi fundado o primeiro banco comercial privado do país, o Banco do Ceará que foi liquidado em

1839 por falta de recursos para manter o crédito de suas notas. Em 1838 um grupo de capitalistas estabeleceu o Banco Comercial do Rio de Janeiro, o qual pode ser considerada a primeira instituição bancária privada do Brasil, o sucesso desse banco serviu de exemplo para todo o império.

Em 1838 foi autorizado o funcionamento de um segundo Banco do Brasil, porém, não conseguiu capital mínimo para sua instalação. Em 1851 iniciou suas atividades o terceiro Banco do Brasil, que dois anos depois fundiu-se com Banco Comercial do Rio de Janeiro, passando a funcionar com a denominação de Banco do Brasil, considerado o quarto Banco do Brasil. Esta foi a primeira fusão bancária do país. Em 1905, após grave crise este banco foi liquidado. O quinto Banco do Brasil começou a funcionar em 1906. Em 1910 o Brasil possuía 21 bancos comerciais, sendo cinco estrangeiros e dezesseis nacionais.

No final da década de 1870, o Brasil possuía dezessete bancos, todos voltados ao setor cafeeiro ou à implantação de projetos no setor de infra-estrutura.

Segundo Lopes e Rossetti (1992: 311) o período de 1914 a 1945 foi muito importante no aspecto de intermediação financeira no Brasil. Nesse período houve a expansão do sistema de intermediação financeira de curto e médio prazo no país, passou a haver também mais segurança nas intermediações financeiras devido à criação da Inspeção Geral dos Bancos (1920), a qual foi substituída em 1942 pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, em 1921 houve a instalação da Câmara de Compensação e a implantação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, foram elaborados projetos para ampliação e diversificação da estrutura de intermediação financeira e também iniciaram-se os estudos e esforços para a criação de um banco central no país. Em 1945 o país contava com um total de 2074 agências bancárias, sendo 2035 nacionais e 39 estrangeiras.

Segundo esses mesmos autores, o período de 1945 a 1964 é considerado como de transição, estava entre a estrutura simples firmada na primeira metade do século e a complexa estrutura que passou a existir depois das reformas institucionais de 1964-65. Nesse período houve expansão no número de agências bancárias nas diferentes regiões do país, houve a implantação da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC como primeiro passo para implantação de um banco central, foram criadas instituições financeiras de apoio à regiões carentes e também foram desenvolvidas companhias de crédito, financiamento e investimento. Em 1952 houve a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE.

No biênio 1964-65 houve a promulgação de três leis que causaram mudanças profundas no Sistema Financeiro Nacional. A Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, instituiu

a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação, BNH, e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação-SFH. (LOPES, João do Carmo. ROSSETTI, José Paschoal,1992:320). Segundo legislações e normas do Banco Central, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, também transformou a SUMOC e seu Conselho, respectivamente, no Banco Central do Brasil e no Conselho Monetário Nacional. A Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento.

Após as reformas institucionais ocorridas em 1964, o Sistema Financeiro Nacional era constituído por instituições especializadas, que praticavam um rol de operações financeiras restrito.

Verifica-se grande concentração no sistema bancário na década de 70. Segundo Lopes e Rossetti, esse fato ocorreu em função das fusões e aquisições que vinham acontecendo desde o pós-guerra. Em 1970 o país contava com 170 bancos, em 1985 este número foi reduzido para 112. No mesmo período houve expansão no número de agências, que passaram de 9.336 em 1970 para 17.812 em 1985, resultado da penetração do sistema em regiões de colonização recente. A Tabela 1 discrimina o total de estabelecimentos para os anos de 1970 e 1985.

Tabela 1 – Sedes e dependências de instituições bancárias no país no período de 1970 a 1985.

Discriminação	1970		1972		1974		1979		1985	
	Sedes	Agências	Sedes	Agências	Sedes	Agências	Sedes	Agências	Sedes	Agências
Bancos Federais	4	878	4	321	4	1118	4	1399	5	3187
Bancos estaduais	24	1325	24	1343	24	1673	23	2360	24	3173
Bancos Privados Nacionais	142	5623	92	5606	72	5495	68	6884	60	9000
Bancos estrangeiros	8	35	8	34	9	34	13	38	18	62
CEF	1	526	1	522	1	609	1	736	1	1367
Caixa Econômica Estadual	5	949	5	949	5	947	4	961	4	1023
Total	184	9336	134	9375	115	9876	113	12378	112	17812

Fonte: Banco Central do Brasil, Relatórios Anuais de 1972, 1974, 1979 e 1985. In: LOPES, João do Carmo. ROSSETT, José Paschoal. **Economia monetária**. 1992, p.321.

A década de 80 foi marcada por grande instabilidade econômica, o que fez com que os agentes econômicos que utilizavam o autofinanciamento passassem a agir de forma defensiva. O temor de uma hiperinflação aliado às dificuldades financeiras do setor público elevou o número de operações de curto prazo. Os grupos financeiros buscaram a

diversificação e o crescimento, criando grandes grupos econômicos, controlados por um ou mais bancos. Em 1988, ano em que houve uma profunda alteração na configuração do Sistema Financeiro Nacional, o Brasil contava com 104 bancos em funcionamento.

Com a edição da Resolução 1524, de 21.09.1988, do Banco Central do Brasil, houve uma alteração na configuração do Sistema Financeiro Nacional, que passou a ser constituído pelas chamadas instituições universais ou bancos múltiplos. Um banco múltiplo poderia ser composto por até quatro carteiras, sendo que era obrigatória a atuação como Banco Comercial ou Banco de Investimento. O objetivo da reforma era gerar uma economia de escopo¹ na atividade bancária. Houve também uma redução nos custos contábeis em função da unificação das demonstrações financeiras, o que visava facilitar a fiscalização do Banco Central.

A partir deste ano vários bancos foram autorizados a funcionar, assim, o que se viu nos anos seguintes foi a criação de 145 novos bancos múltiplos.

As instituições financeiras obtinham receitas elevadas em função das altas taxas de inflação que vigoravam nesse período. A receita inflacionária levou à expansão de agências. Este aumento no número de agências gerou um inchaço no setor bancário.

De acordo com Rafael Szmít (1999), antes da implementação do Plano Real o setor bancário era caracterizado por grande número de bancos múltiplos de capital nacional, elevados ganhos de floating, aumento da captação de recursos externos e baixa alavancagem.

Em 1993, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco, teve início a elaboração do Plano Real, que, segundo Euclides André Mance, foi implantado em 3 fases.

A primeira fase, iniciada em dezembro de 1993, foi caracterizada pelo combate ao déficit público. Entre as medidas adotadas estavam o corte de cerca de US\$ 4 bilhões nos gastos do governo, ênfase ao processo de privatizações, maior combate à sonegação fiscal, reforma fiscal, que ficou restrita à criação da CPMF e renegociação da dívida externa. Porém, o governo não conseguiu acabar com o déficit público, pelo contrário, houve elevação da dívida em títulos do governo.

A segunda fase do plano foi marcada pelo enfrentamento da demanda por consumo. Para isso o governo adotou três medidas: a primeira foi o congelamento do poder de

¹ Economia de escopo: o menor custo de se produzir e distribuir produtos assemelhados pelas mesmas linhas de produção e pelos mesmos canais de distribuição

compra dos salários durante um ano, enquanto a cesta básica que custava 80,79 URVs em Dez/93 chegou em Jul/94 custando R\$110,00, os salários mantiveram-se estáveis; a segunda medida foi a manutenção de taxas de juros elevadas procurando tornar atraente as aplicações financeiras e; a terceira medida foi o incentivo às importações de todos os tipos de bens de consumo, cuja demanda pressionava o aumento dos preços, optou-se, assim, pelo aumento da oferta.

Com a instituição da URV, em março de 1994, estava implementada a terceira fase do Plano Real, tratava-se de uma média de três índices de inflação: IGP-M, IPC-Fipe e IPCA-E. No dia 01 de julho de 1994 a URV foi transformada em Real, passando a vigorar como moeda oficial do país.

Quando foi implementado o Plano Real, havia 246 instituições financeiras em funcionamento. Após a implementação do programa de estabilização econômica houve uma queda no número de estabelecimentos bancários nacionais, o que se deu através de fusões, aquisições e incorporações. O número de estabelecimentos bancários estrangeiros aumentou, o que ocorreu de diversas formas: através da aquisição de bancos domésticos com problemas de solvência, aquisição de bancos públicos em leilões de privatização, aquisição de bancos domésticos saudáveis, e associação com o capital nacional.

Em função dessas operações, houve grande mudança na estrutura do setor bancário. Atualmente, segundo o Banco Central (atualização: 08/2004), existem no Brasil 164 instituições bancárias em funcionamento.

2.2.2 Características atuais

Segundo Fernando Cardim de Carvalho, et al, o Sistema Financeiro Brasileiro atual é caracterizado pelo predomínio de bancos múltiplos, um tipo de instituição presente em vários segmentos do mercado financeiro, destacando-se a captação de depósitos e a intermediação de crédito. A resolução 1524 do Banco Central do Brasil é que impôs esse novo modelo para o sistema financeiro, dando fim ao modelo de organização adotado no Brasil com as reformas de 1964 e 1965. A Constituição de 1988 regulou diversos aspectos do Sistema Financeiro Brasileiro, a organização deste sistema foi transformada em matéria constitucional, porém, ainda aguarda definição. Esta indefinição na regulação pode ser percebida atualmente na economia, principalmente no que diz respeito à participação de bancos estrangeiros no sistema bancário nacional. A entrada de novas instituições estrangeiras

está proibida, exceto com a permissão do Presidente da República que pode concedê-la se julgar necessário. Foi através de uma concessão dessas que vários bancos estrangeiros receberam permissão para se instalar no país entre 1996 e 1998, aumentando sua participação nos ativos do setor bancário. Porém, os bancos nacionais ainda lideram este setor.

Segundo Relatório Anual de 2003, do Banco Central do Brasil, o público tem acesso aos serviços bancários através das agências, postos avançados de atendimento (PAA), postos de atendimento bancário (PAB), postos de atendimento eletrônico (PAE) e correspondentes². Entre todos, o principal são as agências, pois possuem uma vasta gama de serviços e também oferecem livre acesso ao público em geral. Porém, desde 2002 os PAE superaram em número as agências. Tal fato pode ser atribuído à evolução e inovação tecnológicas induzidas pela necessidade de redução de custos por parte das instituições. Verifica-se também uma redução no número de PAB, como esse tipo de dependência bancária deve obrigatoriamente ser instalada dentro de uma entidade da administração pública ou de uma empresa privada e deve operar com o público interno, sua redução pode ser explicada, em parte, pelas privatizações ocorridas nos bancos públicos.

No final de 2003 existiam, no Brasil, 1600 municípios que não contavam com a presença de nenhuma agência, PAA ou PAB. Porém, praticamente todos os municípios brasileiros possuem algum tipo de assistência, grande parte por meio do microcrédito, seja por meio de correspondentes ou de cooperativas de crédito.

Antes da implementação do Plano Real, a receita inflacionária tinha grande participação na receita total dos bancos, após a estabilização econômica, os bancos perderam esta fonte de receita, porém, passaram a ganhar com as tarifas cobradas pelos serviços e

² De acordo com o COSIFE, assim são definidas as diversas formas de atendimento das instituições financeiras: Agência: dependência de instituição financeira, destinada à prática das atividades para as quais a instituição esteja regularmente habilitada.

PAA - Posto Avançado de Atendimento: dependência de banco múltiplo com carteira comercial. Somente pode ser instalado em praça desassistida de serviços bancários prestados por agências ou outro PAA daquelas instituições.

PAB - Posto de Atendimento Bancário: dependência de banco múltiplo com carteira comercial. Instalada em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresa privada, visando prestar serviços de exclusivo interesse: do Governo e de seus funcionários, da empresa, de seus empregados e administração.

PAE - Posto de Atendimento Eletrônico: dependência automatizada de banco múltiplo com carteira comercial. Prestando diversos serviços: saques, depósito, pagamentos, saldos de contas, extratos, etc. Não está sujeito ao horário fixado para o funcionamento das instituições financeiras.

Correspondente Bancário: é o estabelecimento comercial que presta serviços em nome de uma Instituição Financeira, conforme Res. BACEN 3.110/03. Tem como objetivo levar a todos os brasileiros os serviços de um banco, ampliar os serviços bancários fora do âmbito das agências, casas lotéricas e pequenos comércios, oferecer maior comodidade à população, recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas, saques e depósitos, pagamentos e recebimentos de convênios de prestação de serviços, execução de serviços de cobrança, análise de crédito e cadastro, recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimos e de financiamentos.

também com as altas taxas de juros. Com a redução na taxa de juros, a tendência do sistema bancário passou a ser a procura por ganhos de escala, principalmente através da aquisição de instituições de pequeno e médio porte.

2.2.3 Composição

O Sistema Financeiro Nacional é composto por cinco órgãos de regulação e fiscalização, cada um deles regula ou fiscaliza determinadas instituições financeiras. O Sistema Financeiro Nacional está dividido em seis segmentos: Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista, Demais Instituições Financeiras, Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros, Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros, Administração de Recursos de Terceiros e Sistemas de Liquidação e Custódia, cada um deles atua em uma área específica e possui funções diferenciadas. A Tabela 2 expõe todos os tipos de instituições financeiras existentes atualmente no país.

Tabela 2: Composição do Sistema Financeiro Brasileiro

Órgãos de Regulação e Fiscalização		Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista	Bancos Múltiplos c/ Carteira Comercial	
			Bancos Comerciais	
			Caixas Econômicas	
			Cooperativas de Crédito	
CNM Conselho Monetário Nacional	BCB Banco Central do Brasil	Demais Instituições Financeiras	Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial	
				Bancos de Investimento
				Bancos de Desenvolvimento
				Sociedades de Crédito, Financ. e Invest.
				Sociedades de Crédito Imobiliário
				Companhias Hipotecárias
				Associações de Poupança e Empréstimo
				Agências de Fomento
		Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros	Sociedades de Créd. Microempreendedor	
				Bolsas de Mercadorias e de Futuros
				Bolsas de Valores
				Soc. Corret.de Títulos e Val. Mobiliários
				Soc. Distrib. de Títulos e Val. mobiliários
				Sociedades de Arrendamento Mercantil
				Sociedades Corretoras de Câmbio
				Repres. de Instit. Financeiras Estrangeiras
			Agentes Autônomos de investimento	
			Entidades Fechadas de Previd. Privada	
			Entidades Abertas de Previd. Privada	
			Sociedades Seguradoras	
			Sociedades de Capitalização	
			Sociedades Adm. de Seguro-Saúde	
			Fundos Mútuos	
			Clubes de investimentos	
		Carteiras de Investidores Estrangeiros		
		Administradoras de Consórcio		
		Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC		
		Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP		
		Caixas de Liquidação e Custódia		

Fonte: Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional. Composição e Evolução do SFN. **Composição.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>

2.2.4 Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista.

As instituições financeiras captadoras de depósitos à vista, como o próprio nome já diz, são instituições autorizadas a receber depósitos à vista. Segundo Fernando Cardim de Carvalho, et al (2000:254), o depósito à vista possui duas características que o diferencia das demais operações bancárias, quais sejam, sua liquidez imediata e sua possibilidade de transferência via cheques. A seguir são descritas as características das instituições que compõem esse segmento e também dos órgão a quem estão subordinadas, conforme exposto na Tabela 2.

Conselho Monetário Nacional – CMN:

Segundo Lopes e Rossetti (1992:330), o CNM é o órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia. É um órgão normativo, não lhe cabendo as funções executivas. É constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda (presidente), pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil.

Banco Central do Brasil – BCB :

Órgão criado pela lei 4595 de 31 de dezembro de 1964 em substituição à SUMOC. Segundo os mesmo autores, tem como atribuições: banco dos bancos, pois possui exclusividade no recebimento dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais, regulamenta o serviço de compensação de cheques, entre outros; gestor do SFN, fiscaliza e controla as atividades das instituições financeiras, concede autorizações para funcionamento e decreta intervenção ou liquidação extrajudicial dessas instituições; executor da política monetária, regula a expansão dos meios de pagamento; banco emissor, detém o monopólio de emissão do papel-moeda e da moeda metálica e; banqueiro do governo, na medida que administra a dívida pública interna e externa, financia o Tesouro Nacional e administra as reservas internacionais.

Bancos múltiplos com carteira comercial:

Compreende as atividades das instituições financeiras que concentram em uma única empresa atividades operacionais distintas, que são denominadas carteiras. Para se caracterizar como banco múltiplo com carteira comercial, a instituição deve ter no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma obrigatoriamente comercial: comercial, de

investimento ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de crédito financiamento e investimento ou de arrendamento mercantil. Os bancos múltiplos com carteira comercial estão autorizados a receber depósitos à vista, em contas correntes.

Bancos comerciais:

Tem como objetivo operacional principal prover financiamento a curto e médio prazo à empresas e pessoas físicas, com captação de recursos junto ao público através da colocação de seus produtos no mercado (CDB, RDB) ou através da obtenção de financiamento junto à instituições oficiais ou no exterior. Estando autorizadas a receber depósitos à vista em contas correntes. Atuam também na prestação de serviços bancários (cobrança de títulos, arrecadação de tributos).

Caixas Econômicas:

Captam depósitos à vista e depósitos de poupança. Atuam no mercado de crédito, caracterizam-se pelo financiamento da aquisição de imóveis, na maior parte residenciais. O imóvel adquirido através deste financiamento é oferecido como garantia do empréstimo. Concedem empréstimos também em outras áreas como previdência social, educação e transporte. Exercem o monopólio das operações sobre penhores civis.

Cooperativas de crédito:

São instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas que tem como objetivo fornecer crédito e serviços aos seus associados. Regem-se pelo disposto nas Leis n.ºs. 10.406, de 10.1.2002, 5.764, de 16.12.1971, e 4.595, de 31.12.1964, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e pelo respectivo estatuto social. Todas as operações facultadas às cooperativas são exclusiva aos cooperados.

Neste capítulo foi exposto a função dos mercados financeiros, que é de canalizar fundos daqueles que tem em excesso para aqueles que tem escassez de fundo.

Com relação ao histórico do sistema financeiro brasileiro, verifica-se a existência de quatro fases distintas a primeira vai do fim do período colonial até os primeiros anos da República, a segunda abrange o período das guerras e da Grande Depressão, a terceira tem início em 1945, encerrando-se com as reformas institucionais de 1964/65, e a quarta inicia-se com as reformas e estende-se até os dias atuais.

Os anos de 1964/65 foram de grande importância para o sistema financeiro nacional, pois foram promulgadas três leis que causaram profundas reformas institucionais no sistema. A década de 70 foi marcada por grande concentração no sistema financeiro do país. Em 1988, foi legalizado o funcionamento dos bancos múltiplos. Nos anos seguintes houve um crescimento contínuo no número de estabelecimentos bancários no país. Os bancos obtinham receitas elevadas em função das altas taxas de inflação que vigoravam no período.

Após a implementação do Plano Real, em 1994, houve redução no número de bancos nacionais e aumento na participação estrangeira no sistema financeiro, o que se deu através de fusões, aquisições e incorporações. Houve redução, também, no número de bancos públicos. O sistema financeiro tendeu novamente à concentração.

O Sistema Financeiro Brasileiro é caracterizado pela presença dos bancos múltiplos. Com relação ao atendimento bancário há uma tendência de crescimento dos Postos de Atendimento Eletrônicos. Quanto à abrangência do sistema, o segmento de microcrédito é o que apresenta maior crescimento.

3. PROGRAMAS VOLTADOS À ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.

No Capítulo 4 será feito uma análise da evolução do sistema bancário pré e pós-Plano Real. Porém, o presente capítulo servirá como um aporte para exposição dos programas voltados ao saneamento do sistema financeiro implementados após o plano de estabilização econômica.

Com a implementação do Plano Real, em 01 de julho de 1994, houve queda da inflação e outras mudanças no cenário econômico como será visto no capítulo seguinte. Segundo relatório do Banco Central do Brasil (Supervisão e Saneamento – Fiscalização – Relatório de 8 anos), essas mudanças revelaram fragilidade na estrutura do sistema financeiro do país. O aumento na concessão de crédito, paralelamente ao ajuste conjuntural da economia após a transição do período 1994-1995, colocaram algumas instituições em estado de insolvência. A solução dos problemas de uma quantidade expressiva de instituições bancárias privadas, algumas com participação relevante no sistema bancário, assim como das instituições públicas estaduais e federais, exigia um programa articulado de ações governamentais. Desta forma, o processo de saneamento do sistema bancário poderia ocorrer de forma mais rápida e segura, preservando o interesse dos depositantes. Os programas instituídos pelo Governo Federal, os quais serão apresentados neste capítulo, contribuiram para o saneamento do sistema bancário.

3.1 Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro - PROER.

No dia 03/11/1995, o governo federal editou a MP nº 1.179, que criava o PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Segundo Relatório de Atividades da Diretoria de Fiscalização: 1995-2002, do Banco Central do Brasil, o PROER visava financiar gastos dos bancos voltados à reorganização das instituições. As reorganizações teriam que ser autorizadas previamente pelo Banco Central e deveriam resultar na transferência de controle ou na mudança de objeto social.

Segundo o mesmo relatório do Banco Central, as instituições bancárias problemáticas de grande porte foram saneadas através da divisão da instituição original em duas, uma “saudável” e outra não. À instituição saudável cabia os ativos de boa qualidade e os depósitos recebidos pela instituição original. Esta instituição deveria ser assumida por outro controlador. O banco original ficaria com os ativos remanescentes e os demais passivos, esta instituição continuaria sob regime especial e deveria ser liquidada. Em contrapartida à responsabilidade de satisfazer as obrigações de saques de depósitos, independentemente da realização dos ativos, as instituições que adquiriram os bancos saudáveis tiveram acesso a uma linha de crédito especial para cobrir os dispêndios com a reestruturação, reorganização e modernização. Estas instituições foram dispensadas de atender, temporariamente, às exigências quanto aos limites operacionais previstos no Acordo da Basileia.

Com relação às instituições bancárias de pequeno e médio porte, o mesmo relatório do Banco Central expõe que o programa estabeleceu a transferência do controle acionário do banco com problemas para outra instituição, fornecendo os recursos necessários para o financiamento do passivo a descoberto e o suprimento de liquidez no caso de saques de depósitos de grande magnitude.

A Medida Provisória permitiu que os bancos que se encontravam em boa situação financeira e comprassem instituições com problemas de caixa pudessem abater do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) todas as dívidas do novo banco adquirido.

Através do PROER, foram saneadas sete instituições conforme verifica-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Operações realizadas com financiamento do PROER

Regime	Operações
<i>Bancos em intervenção</i>	<i>Venda de parcela dos ativos e passivos.</i>
Banco Econômico	Excel e Caixa Econômica Federal
Banco Nacional	Unibanco
Banco Mercantil de Pernambuco	Rural
Banco Banorte	Bandeirantes
Banco Bamerindus	HSBC, CEF e Banco do Brasil
<i>Bancos que não estavam sob intervenção</i>	<i>Transferência de controle acionário</i>
Antonio de Queiroz	Banco United
Martinelli	Pontual

Fonte: Banco Central do Brasil. Supervisão e Saneamento. Fiscalização. Relatório de 8 anos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REL8FISC>>

A CEF comprou apenas a carteira imobiliária dos bancos Bamerindus e Econômico.

Em 1996, o Banco Nacional foi comprado pelo Unibanco, o Banco Econômico foi comprado pelo Banco Excel, o Banco Mercantil foi comprado pelo Banco Rural e o Banorte foi comprado Banco Bandeirantes. Em 1997 o Banco Bamerindus foi comprado pelo Grupo HSBC, todos foram adquiridos com recursos do PROER.

Segundo Relatório do Banco Central do Brasil, (Supervisão e Saneamento – Fiscalização – Relatório de 8 anos, 2002:32):

“... o PROER não foi concebido para ser um programa de socorro a banqueiros, mas sim um programa instituído para garantir a estabilidade do sistema financeiro, evitando que problemas de liquidez e/ou solvência de alguma instituição financeira ocasionassem uma crise sistêmica, prejudicando todos os setores da economia”.

O PROER previa: a criação de um seguro-depósito de até vinte mil reais para os correntistas dos bancos sob intervenção; a inclusão do patrimônio pessoal dos controladores das instituições como garantia na obtenção de crédito, e; o envio de relatórios sobre as operações do programa ao senado.

3.2 Fundo garantidor de Crédito – FGC

Através da Resolução 2.197, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional, foi criado o Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Segundo o Banco Central do Brasil. (Supervisão e Saneamento. Fiscalização. Relatório de 8 anos), o referido Fundo tem por objetivo dar cobertura a créditos de depósitos à vista, de poupança e a prazo, letras de câmbio, letra imobiliárias e hipotecárias em caso de insolvência das instituições financeiras associadas. As instituições participantes são os bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, Caixa Econômica Federal, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo.

O valor do seguro, segundo o mesmo relatório é de R\$ 20.000,00 por depositante. As instituições associadas contribuem mensalmente com valor equivalente a 0,025% da média mensal dos saldos diários das contas que possuem cobertura , daí é que provêm os recursos do Fundo.

3.3 Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES.

Os bancos públicos possuem uma característica que os diferencia dos bancos privados, enquanto estes últimos visam apenas o lucro, os bancos públicos possuem diversos objetivos que são determinados pelas políticas de cada governo. Essa política influencia desde o processo de contratação de pessoal até a abertura e localização das agências. Em função disso torna-se difícil distinguir uma boa de uma má administração, pois não há como saber se os resultados de um banco público, quando negativos, ocorreram em função da incompetência da gerência ou das políticas públicas adotadas pelo governo.

Após a implementação do plano de estabilização econômica, segundo Relatório de 8 anos, da Fiscalização, Supervisão e Saneamento do Banco Central, vários bancos públicos passaram a apresentar problemas de solvência. O Banco Central interveio na situação e, em 30 de dezembro de 1994 declarou o RAET – Regime de Administração Especial Temporária³ no BANESPA – Banco do Estado de São Paulo e no BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro, tal medida marca o fim de uma série de medidas paliativas em relação aos bancos estaduais. Durante os dois primeiros meses de 1995 houve a decretação de regime especial em mais três bancos estaduais: PRODUBAN-AL, (23/01), BEMAT-MT (06/02) e BERON-RO (20/02). As instituições sob RAET foram dispensadas do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e a prazo.

Com base no mesmo relatório do Banco Central, no dia 08 de agosto de 1996, o Ministério da Fazenda anunciou a Medida Provisória nº 1.514 que instituía o PROES – Programa de Estímulo à Redução do Setor Público no Sistema Financeiro. Tal programa estabelecia mecanismos visando reduzir a presença do setor público estadual na atividade

³ Segundo o Banco Central, existem três modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras: administração especial temporária, intervenção e liquidação extrajudicial.

- RAET – Regime de administração especial temporária: não há suspensão das atividades normais da empresa, os dirigentes são substituídos por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central. Tal medida visa a retomada das atividades normais da instituição, se isso não ocorre, pode ser transformada em intervenção ou liquidação extrajudicial.
- Intervenção: um interventor nomeado pelo Banco Central assume a gestão direta da instituição, as atividades normais são suspensas. É uma medida administrativa que visa evitar o agravamento das irregularidades cometidas ou da situação de risco patrimonial capaz de prejudicar os seus credores. Tem duração limitada, podendo voltar às atividades normais, decretar liquidação extrajudicial ou falência.
- Liquidação extrajudicial: é a medida mais grave e definitiva. Destina-se a promover a extinção da empresa quando há indícios de insolvência irrecuperável. Os ativos existentes são vendidos para pagar os credores e a sobra é devolvida aos controladores, ou então, estes últimos são responsabilizados pelo passivo a descoberto.

financeira bancária. A medida oferecia aos governos opções de reestruturação para os bancos públicos estaduais, porém, a adesão dos estados era voluntária. No intuito de induzir os estados a diminuir o tamanho do sistema de bancos públicos, o programa visava o financiamento pela União de 100% do custo de ajuste em todos os casos, exceto no de simples saneamento, em que a instituição financeira continuaria sob o controle do estado. Nesse caso, havia um limite no empréstimo que poderia ser equivalente a 50% das necessidades de recursos, os outros 50% ficariam a cargo do governo estadual.

O sistema financeiro público estadual era composto por 35 bancos, destes, 23 eram comerciais ou múltiplos. Com exceção dos estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins, que não possuíam bancos públicos estaduais, e do estado da Paraíba e Distrito Federal que não demonstraram interesse pelo programa, os demais estados aderiram ao PROES.

Cerca de seis anos após a implementação do PROES, a situação dos bancos estaduais encontra-se apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Quadro Resumo do PROES – Set/2002.

Opção	Qtd	Instituição financeira/ Estado
Extinto	1	Baner (RR)
Liquidação extrajudicial	9	Banacre (AC), Banap (AP), Bandern (RN), BDRN (RN), Bemmat (MT), Beron (RO), CaixaGO (GO), Minascaixa (MG) e Porduban (AL).
Privatização (conduzida pelos estados)	7	Bandepe (PE), Baneb (BA), Banerj (RJ), Banestado (PR) ² , Bemge (MG), Credireal (MG) e Paraiban (PB). ¹
Privatização (conduzida pela união)	7	Banespa (SP) ¹ , BEA (AM), BEC (CE), BEG (GO), BEM (MA), BEP (PI) e BESC (SC).
Saneamento	5	Banese (SE), Banestes (ES), Banpará (PA), Bannisul (RS), NCNB (SP) ¹ .
Agência de fomento	16	Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Paraná.
Não optantes pelo PROES	3	Bandes (ES), BRB (DF) e Paraiban (PB) ³
Sem instituições oficiais	2	Mato Grosso do Sul e Tocantins

Fonte: Banco Central do Brasil. Supervisão e Saneamento. Fiscalização. Relatório de 8 anos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REL8FISC>>

(1) Fora do âmbito do PROES.

(2) Gestor do Processo: BNDES

(3) Privatizado por iniciativa do controlador (Estado da Paraíba)

No âmbito do PROES foi extinta uma instituição bancária e nove encontram-se em processo de liquidação extrajudicial, sete bancos foram privatizados e outros sete foram federalizados, nestes últimos a privatização deverá ser conduzida pelo governo federal. Cinco bancos foram saneados e dezesseis foram transformados em agências de fomento. Segundo

Banco Central do Brasil, Saneamento e Desestatização, foram emitidos R\$61.922,68 bilhões em títulos federais para sanear os bancos públicos estaduais, deste total, R\$ 36.126,50 bilhões foram destinados para bancos do estado de São Paulo.

3.4 Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais - PROEF.

É possível extrair do mesmo relatório do Banco Central, como se deu o ajuste e fortalecimento dos bancos públicos federais. Em 1995 o Banco do Brasil foi capitalizado com R\$ 8 bilhões por parte do Tesouro Nacional, com a emissão de títulos públicos federais. A Caixa Econômica Federal e o Banco Meridional também passaram por ajustes. Foram realizados trabalhos de fiscalização no Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e no Banco da Amazônia – BASA com o intuito de verificar a real situação destas instituições. Foi constatado a presença significativa de créditos de baixa liquidez ou de difícil recuperação. Após avaliada a situação de cada instituição, a Secretaria do Tesouro nacional apresentou um conjunto de propostas para solucionar as deficiências encontradas. Depois de analisadas as propostas, o Governo Federal anunciou, no dia 22 de junho de 2001, o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – PROEF. No âmbito deste programa, o governo utilizou-se, basicamente, dos seguintes instrumentos:

- transferência do risco de crédito para o Tesouro Nacional ou cessão de crédito para empresa não financeira vinculada ao Ministério da Fazenda, denominada Empresa Gestora de Ativos (Emgea), criada com o propósito específico de administrar tais créditos;
- troca de ativos de pouca liquidez e baixa remuneração por ativos líquidos, remunerados à taxa de mercado; e aumento de capital, realizado na Caixa, no BNB e no Basa.

O PROEF engloba uma alteração profunda nos bancos federais, não apenas com relação à estrutura, mas também no que diz respeito à organização, além do desenvolvimento de vários projetos nas áreas de tecnologia, capital humano, produtos e sistemas.

O relatório do Banco Central do Brasil (Supervisão e Saneamento – Fiscalização – Relatório de 8 anos), mostra que a conjugação de todos esses programas e iniciativas resultou em uma consolidação do sistema financeiro nacional, que passou a operar com menor número de instituições. O PROER desempenhou papel importante ao preservar os interesses dos depositantes sem que efeitos negativos do sistema afetassem outros setores. Com a criação do FGC os agentes passaram a ter mais garantia nas suas transações financeiras. Com relação ao PROES, houve uma redução na participação das instituições financeiras estaduais, assim, de

acordo com o mesmo relatório, o dinheiro que antes era utilizado para cobrir prejuízo dos bancos estaduais pôde ser utilizado em outros programas. O fortalecimento dos bancos públicos federais, através do PROEF, resultou em perspectivas de atuação competitiva e rentável para aquelas instituições ao sanear desequilíbrios passados. Todos esses programas foram necessários para o fortalecimento do sistema bancário no período em questão, como veremos no Capítulo 4.

4. EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO PRÉ E PÓS-PLANO REAL.

4.1 Período de 1988 a 1994 (pré-Plano Real)

A análise da evolução do Sistema Bancário Brasileiro será feita a partir do ano de 1988, por ser este ano considerado um marco no sistema bancário. Tal fato se deve à edição da Resolução 1524, de 21/09/1988, que visava grandes alterações na configuração do sistema bancário, os bancos que até então funcionavam como instituições especializadas, após a edição desta resolução poderiam operar como instituições universais. Segundo relatório do Banco Central (2000: 2):

“A configuração do Sistema Financeiro Nacional (SFN), desenhada a partir de 1964, sofreu uma mudança de enfoque a partir da edição de Resolução 1524, de 21.09.88. De um enfoque assentado na visão de um sistema financeiro formado por instituições especializadas, condicionadas pela regulamentação a praticarem uma faixa restrita de operações, tomou-se o rumo para um outro tipo, mais próximo do sistema constituído pelas chamadas "instituições universais". Neste, as instituições, embora diferenciadas entre si na organização funcional e administrativa, na condução dos negócios e na escala de operações, apresentam em comum o fato de, independentemente dessas diferenças, poderem oferecer todos os serviços financeiros”.

O período anterior a 1988 é considerado de concentração no sistema bancário em função das regulamentações governamentais, haviam fortes barreiras de entrada no setor, entre elas a exigência de que para que houvesse a abertura de uma nova agência bancária, uma já existente deveria fechar. Neste mesmo ano foi realizado o Acordo da Basiléia, o qual serviu de base para as mudanças na legislação bancária. O acordo visava padronizar a nível internacional as práticas da atividade financeira e buscava garantir a solvência das instituições financeiras, fazendo com que os bancos aumentassem a sua base de capital, o que faria reduzir os riscos de falência. Segundo Frederic S Mishkin (1998:183), eram dois os principais objetivos propostos pelo acordo, o primeiro visava promover a estabilidade financeira mundial e o segundo tinha o intuito de ligar sistematicamente as exigências de capital de um banco ao risco de suas atividades.

A composição do Sistema Bancário Brasileiro em 31/12/1988 está exposta na Tabela 5.

Tabela 5 – Bancos em funcionamento em 31.12.1988

BANCOS EM FUNCIONAMENTO EM 31.12.1988				
Tipo de Origem	Por tipo da instituição na data considerada e por tipo de origem da instituição			
	BC	BC CE	BC Público	TOTAL
Banco Comercial Privado– BC	46	26	28	100
Banco de Desenvolvimento-BD	-	-	1	1
Banco de Investimento-BI	1	-	-	1
Banco Comercial com Controle Estrangeiro-BC CE	1	-	-	1
Distribuidora de Valores Mobiliários	1	-	-	1
	49	26	29	104

Fonte: CADINF – DEORF/COPEC. In: Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional. Composição e Evolução do SFN. Relatório consolidado de 1988 a 2000. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>

Nesta data haviam 104 bancos comerciais e 5 caixas econômicas. Desse total, 49 eram bancos privados, 29 eram bancos públicos e 26 tinham controle estrangeiro. Segundo o Banco Central, os ativos financeiros pertencentes a este grupo de bancos estava distribuído da seguinte forma: 56,85% pertenciam a bancos com controle nacional, 33,53% a bancos públicos e 9,62% a bancos com controle estrangeiro.

Quanto à origem, a maioria destas instituições já havia sido constituída na forma de instituição bancária, apenas 4 eram exceções, tendo sido constituídas como instituições não-bancárias. Mais da metade desses bancos iniciou suas atividades antes da reforma bancária de 1964, estavam em funcionamento há aproximadamente 40 anos.

A partir de 1988, nos anos que antecederam o Plano Real, houve um crescimento contínuo no número de instituições bancárias no país, conforme verifica-se na Tabela 6.

Tabela 6 - Evolução do sistema bancário no Brasil após a Resolução 1524, de 21.09.1988.

Ano	Número de instituições bancárias
1989	196
1990	229
1991	236
1992	245
1993	243
1994	246

Fonte: FinanceLab Working Paper – FLWP – 2004 – 02. Disponível em: <http://www.ibmec.br/sub/SP/download.php>

É possível observar que, embora haja um crescimento contínuo no número de instituições bancárias, o crescimento mais significativo ocorreu no período que sucedeu à regulamentação dos bancos múltiplos no país. Com a entrada de novas instituições bancárias no mercado, aumentou também a concorrência no setor, o que fez com que os bancos pagassem juros mais altos na captação de recursos e também expandissem a concessão de empréstimos. As altas taxas de inflação no período beneficiavam os bancos, pois estes podiam emprestar a juros um capital que recebiam na forma de depósitos não-remunerados.

A conversão de instituições financeiras especializadas em bancos múltiplos ocorreu de forma bastante rápida após a Resolução 1524.

Tabela 7 – Bancos múltiplos constituídos no período de 1989 a 1993. Autorizações concedidas por meio de transformações de objeto social.

Tipo de instituição anterior	Quantidade
Bancos de investimento	22
Caixa econômica	1
Financeiras	31
Sociedades de crédito imobiliário	1
Corretoras de valores	28
Distribuidora de valores	62
Total	145

Fonte: Banco Central do Brasil – Cadinf-Deorf/Copec. In: Banco Central do Brasil. Relatório de Atividades da Diretoria de Fiscalização: 1995 – 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>

Conforme a Tabela 7, é possível verificar a origem dos bancos múltiplos constituídos neste período. Várias instituições, entre elas, caixas econômicas e bancos de investimento, sofreram transformações de objeto social. Entre 1989 e 1993, 145 instituições que já atuavam no sistema financeiro passaram a operar como bancos múltiplos. As Distribuidoras de Valores foram a maioria neste tipo de transformação, a elas foi destinado 40% do total de concessões para transferência de objeto social.

Mesmo em um período como este, em que o crescimento no número de bancos no país é expressivo, pode ser verificada a existência de cisões, incorporações e demais formas de alterações que causam mudanças contrárias na estrutura do sistema bancário brasileiro.

Tabela 8 - Mudanças na estrutura do sistema bancário brasileiro no período de 1990 a 1994 (pré-Plano Real).

Tipo de alteração	Quantidade
Transferência de controle	15
Cisões	03
Incorporações	34
Cancelamentos	04
Liquidações extrajudiciais	02
Total	58

Fonte: Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional. Composição e Evolução do SFN. Relatório consolidado de 1988 a 2000. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>

Entre as 58 alterações responsáveis pela mudança na estrutura do sistema bancário no período de 1990 a 1994, é mínimo o percentual de liquidações, este foi um período caracterizado muito mais pelas incorporações de bancos.

Em junho de 1994, às vésperas da implantação do Plano Real, o Sistema Bancário Brasileiro era constituído por 246 instituições, deste total , cerca de 80% correspondia a Bancos Múltiplos.

Tabela 9 – Composição do sistema bancário em junho de 1994.

Tipo	Quantidade
Bancos múltiplos	210
Bancos comerciais 1	34
Caixas econômicas	2
Total	246

Fonte: Banco Central do Brasil – Cadinf-Deorf/Copec. In: Banco Central do Brasil. Relatório de Atividades da Diretoria de Fiscalização – 1995 – 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>

(1) Estão incluídas as filiais dos bancos estrangeiros.

Essa estrutura do sistema bancário é resultado da Resolução 1.524, de 21/09/1988. Cerca de seis após a edição desta resolução, os bancos comerciais foram reduzidos de 104 para 34 instituições.

Quanto ao controle acionário, os bancos públicos superavam os privados em todas as áreas, exceto no que diz respeito ao patrimônio. Os bancos nacionais predominavam em relação aos estrangeiros, seja quanto ao patrimônio, aos ativos, ao crédito ou ainda à quantidade de depósitos.

4.2 Período de 1994 (pós-Plano Real) até a atualidade.

Nos anos que antecederam ao Plano Real, o setor bancário era caracterizado por um grande número de bancos múltiplos de capital nacional, por elevadas receitas provenientes de floating⁴, aumento contínuo no fluxo de capital externo e baixa alavancagem. A partir da implementação do plano de estabilização econômica, em 01 de junho de 1994, verifica-se uma redução contínua no número de bancos, esse fenômeno pode ser associado a diversos fatores como a estabilização da moeda, a entrada de capital estrangeiro de forma mais expressiva no setor e as exigências regulatórias. Antes da implementação do Plano Real, os ganhos com a inflação eram muito significativos em relação a receita total dos bancos.

Tabela 10 – Brasil: Receita Inflacionária dos Bancos

Anos	Receita Inflacionária/PIB	Rec. Inflac./Valor da produção Bancária
1990	4,0	35,7
1991	3,9	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,2	35,3
1994	2,0	20,4
1995	0,0	0,6

Fonte: Banco Central do Brasil. Economia e Finanças. Notas Técnicas. n. 38, Jun 2003. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?NOTASTEC>>.

Conforme a Tabela 10, nos anos 90 a receita inflacionária dos bancos atingiu 4% do PIB e representou cerca de 40% da receita de intermediação financeira. Após o plano de estabilização econômica, em 1994 esse valor caiu pela metade, representando 2% do PIB e aproximadamente 20% da receita de intermediação financeira, nos anos seguintes esses números continuaram caindo.

Além da nova realidade econômica com a qual os bancos se depararam, em 17 de agosto de 1994, o Banco Central editou a Resolução nº 2099, que enquadrava o Sistema Financeiro Brasileiro às normas estabelecidas pelo Acordo da Basiléia, o que tornava o sistema mais sólido. Segundo Rafael Szmít (1999), esta resolução atingia as instituições financeiras de duas maneiras: primeiramente com relação aos novos limites de capital

⁴ Floating: Rendimento captado com o dinheiro em trânsito.

exigidos pelo Banco Central, o valor mínimo exigido para a formação de um banco comercial passou de pouco mais de quatro milhões para sete milhões de reais, representando um aumento de 59,9%, foi estabelecido um prazo de nove meses para que os bancos se adaptassem a esta nova regra. Em segundo lugar é com relação ao limite de alavancagem das instituições financeiras, o Banco Central determinou graus de risco aos diversos ativos das instituições financeiras, estes ativos foram classificados da seguinte forma: risco nulo = 0%, reduzido = 20%, médio = 50%, e normal = 100%. Através destes índices é possível calcular o Ativo Ponderado pelo Risco (APL) de uma instituição financeira. Exige-se que o seu capital próprio seja de 8% do APL. Atualmente, segundo relatório do Banco Central, o capital mínimo exigido para abertura de um banco comercial é de dezessete milhões e meio de reais, o valor mínimo exigido para formação de um banco múltiplo varia conforme sua carteira. As cooperativas de crédito possuem uma exigência infinitamente menor com relação ao capital mínimo, existindo modalidades onde o valor inicial somado às demais parcelas gira em torno de noventa mil reais.

A queda nos índices de inflação, de 184,23% no primeiro trimestre de 94 para 7,66% no último trimestre do mesmo ano (INPC – IBGE) tornou novamente atrativa a aplicação em depósitos bancários, segundo relatório do Banco Central, houve um crescimento significativo dos depósitos à vista nos primeiros seis meses do Plano Real. Este fato criou condições para que os bancos elevassem a concessão de empréstimos e financiamentos, buscando compensar a queda nas receitas inflacionárias. Os números das operações de créditos e depósitos dos bancos às vésperas do Plano Real e logo após a implementação deste, confirmam esse crescimento.

De abril de 1994 até dezembro de 1995, pouco mais de um ano após a implementação do Plano Real, as operações de crédito tiveram um crescimento em torno de 63% e os depósitos aumentaram cerca de 83%.

Tabela 11 – Evolução das operações de crédito e dos depósitos no SFN - R\$ bilhões.

Data	Operações crédito	Depósitos
Abr/94 ¹	115.03	126.539
Mai/94 ¹	117.127	132.727
Jun/94 ¹	117.662	137.114
Out/94	148.612	164.802
Dez/94	157.906	176.602
Abr/95	174.218	198.976
Jun/95	179.555	209.785
Out/95	186.579	229.623
Dez/95	188.241	232.399

Fonte: Banco Central do Brasil. Sisbacen (PCOS200 Informações Contábeis das IF/SFN). Relatório de Atividades da Diretoria de Fiscalização – 1995 – 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>.

(1) Convertido para Reais pela URV da data.

A concessão de crédito foi feita de forma pouco criteriosa, depois da euforia inicial de 94 e 95, veio a inadimplência: “*Grande parte do crédito não se converteu em investimento produtivo. E quando a economia não cresce, não há recursos disponíveis para pagar os empréstimos.*” (COUTINHO, Mauro Sudano, 1999). Essa situação deu origem à crise bancária de 1995, o que fez com que o Estado injetasse recursos em várias instituições, através de programas de saneamento dos bancos públicos e privados, conforme exposto no capítulo 3 do presente trabalho.

O sistema bancário foi atingido em grande extensão pelos efeitos do plano de estabilização econômica. Os bancos mais eficazes que, mesmo nos momentos de maior inadimplência, conseguiram manter uma liquidez adequada em função da qualidade dos seus ativos, conseguiram compensar as perdas ocorridas após as mudanças no cenário econômico do país através de uma maior volume de crédito e receitas de prestação de serviços. Porém, os bancos cujos ativos eram de reduzida liquidez e concentravam seus empréstimos em empresas do mesmo grupo ou com atuação quase exclusiva no mercado interbancário não resistiram às novas condições econômicas. Sofreram processo de liquidação, intervenção ou foram absorvidos por outros bancos.

Tabela 12 - Quantidade de bancos que sofreram ajustes após o Plano Real.

Nº DE INSTITUIÇÕES	TIPO DE INSTITUIÇÕES	TIPO DO AJUSTE
7	Banco Comercial	LIQUIDAÇÃO
34	Banco Múltiplo	LIQUIDAÇÃO
1	Filial Estrangeira	LIQUIDAÇÃO
1	Banco Comercial	INCORPORAÇÃO
5	BM	INCORPORAÇÃO
1	Filial Estrangeira	INCORPORAÇÃO
1	Banco Comercial	TRANSFORMAÇÃO EM INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
9	Banco Múltiplo	TRANSFORMAÇÃO EM INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
3	Banco Múltiplo	TRANSFORMAÇÃO EM DTVM
1	Banco Múltiplo	TRANSFORMAÇÃO EM AM
1	Banco Múltiplo	TRANSFORMAÇÃO EM CFI
6	Banco Múltiplo	TRANSFORMAÇÃO EM BI
34	Banco Múltiplo	TRANSFERÊNCIAS DE CONTROLE SOCIETÁRIO OU VENDA DE ATIVOS
104		

Fonte: DEORF/COPEC. In: Banco Central do Brasil. O sistema financeiro nacional e o plano real. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r199812/texto.asp?idpai+revsfn199812>>.

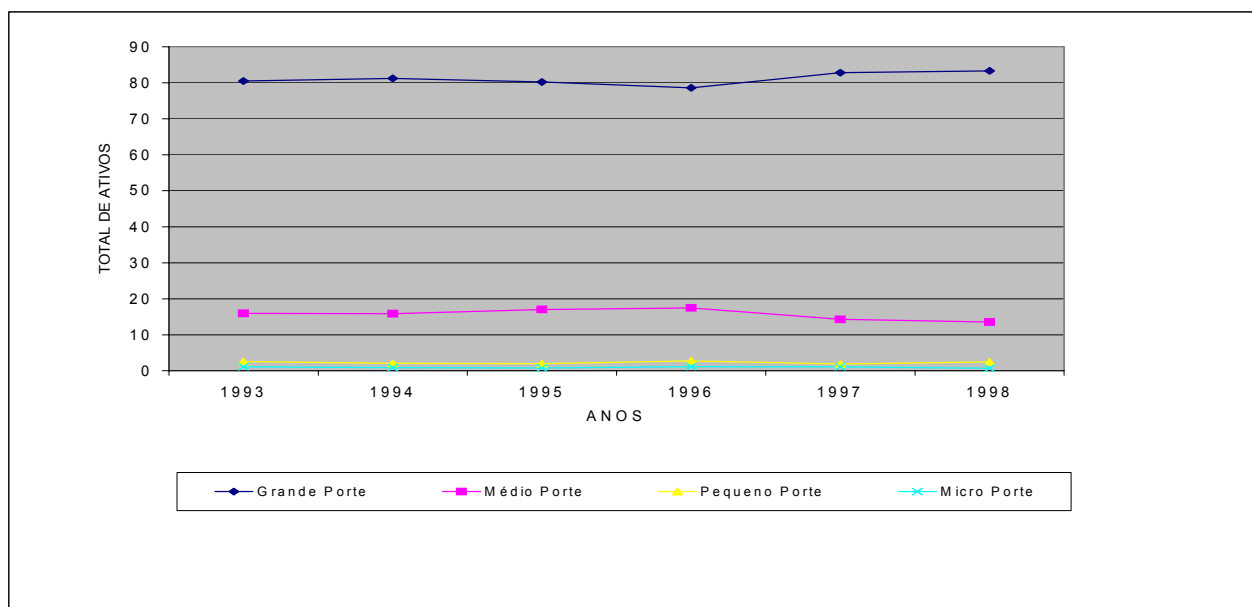
A ameaça de falência de algumas instituições bancárias de peso do Sistema Financeiro Nacional exigiram do Banco Central medidas econômicas que visavam evitar a quebra de confiança no sistema bancário. O período posterior à implantação do Plano Real foi marcado por mudanças expressivas na estrutura do sistema bancário, os processo de liquidação foram responsáveis por grande parte destas mudanças, seguidos das transferências de controle. Houve um redução acentuada no número de instituições bancárias, que em dez/98 passa a contar com um número de bancos 37% menor do que aquele existente às vésperas da implantação do Plano Real.

Com relação ao porte dos bancos, segundo Relatório Anual de 1998, do Banco Central do Brasil, a redução mais significativa foi entre os bancos comerciais de grande porte, que passaram de 5 instituições em 1993 para 2 em 1998, representando uma redução de mais de 50%, enquanto que os bancos múltiplos de grande porte sofreram uma redução menor do que 10%. Entre os bancos de médio porte, os múltiplos foram reduzidos de 52 para 39 (25%), enquanto que os comerciais cresceram em 30% (de 7 para 10). Entre os bancos de pequeno

porte houve um aumento entre os múltiplos e um decréscimo entre os comerciais. Entre os bancos de micro porte, tanto os múltiplos quanto os comerciais sofreram redução.

Segundo Banco Central do Brasil (O sistema financeiro nacional e o plano real) As instituições são classificadas quanto ao porte com base no ativo total ajustado médio apresentado pelas instituições que operam com carteira comercial no período de janeiro a dezembro do ano anterior. Relaciona-se a participação relativa do ativo total ajustado médio de cada instituição com a soma dos ativos totais ajustados médios de todas as instituições consideradas. As instituições cujo percentual de participação individual é superior a 15% são consideradas de grande porte e excluídas da amostra. Do restante das instituições, aquelas que compõem a faixa de 0 a 70%, inclusive, do montante de participação acumulada, também são consideradas de grande porte. As instituições que compõem a faixa acima de 70% até 95%, são consideradas de médio porte. As que compõem a faixa acima de 95% até 99%, são consideradas de pequeno porte. As demais instituições, que compõem a faixa acima de 99% até 100%, são consideradas de micro porte.

Gráfico 1 - Distribuição percentual do total de ativos da área bancária por porte.



Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório de Evolução do SFN. 1998. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=revsfn&ano=1998>>.

Quando analisado a evolução dos ativos em relação ao porte dos bancos, verifica-se um crescimento na participação dos bancos de grande porte, que em 1993 detinham 80,47% do total de ativos, passando para 83,31% em 1998. Os bancos de médio porte, pequeno e micro sofreram redução na participação dos ativos da área bancária no período

posterior à implementação do Plano Real. Este crescimento na participação dos bancos de grande porte nos ativos demonstra que no período posterior à implementação do Plano Real houve concentração no sistema bancário.

A criação de bancos múltiplos através de transformações de objeto social diminuiu, se comparado o período anterior ao Plano Real com o período imediatamente posterior à implementação do plano.

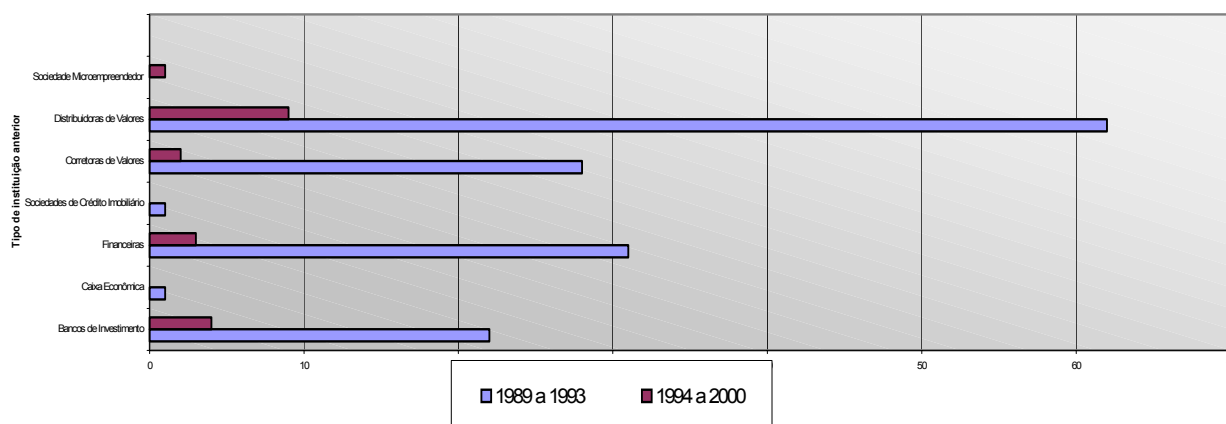
Tabela 13 – Bancos múltiplos constituídos no período de 1994 (pós-Plano Real) a Dez/2000. Autorizações concedidas por meio de transformações de objeto social.

Tipo de instituição anterior	Quantidade
Bancos de investimento	04
Caixa econômica	00
Financeiras	03
Sociedades de crédito imobiliário	00
Corretoras de valores	02
Distribuidora de valores	09
SAM	01
Total	19

Fonte: Banco Central do Brasil – Cadinf-Deorf/Copec. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r199812/texto.asp?idpai+revsfn199812>>.

Aproximadamente seis anos após a implementação do plano de estabilização econômica foram constituídos apenas 19 bancos múltiplos decorrentes de transformação de objeto social, enquanto que nos quatro anos que antecederam o Plano Real o número de bancos múltiplos criados através de transformação de objeto social foi de 145. Uma característica comum aos dois períodos é que o maior número de transformações decorreu das Distribuidoras de Valores.

Gráfico 2 - Comparativo da criação de bancos múltiplos entre os períodos de 89/93 e 94/00.



Fonte: Dados extraídos da Tabela 7 e da Tabela 13 do presente trabalho. Elaboração própria.

Com o objetivo de dar maior transparência à estrutura de custos do sistema financeiro, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 2303, de 25/07/96, que instituiu novas regras para cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras. Utilizando uma amostra dos dez bancos detentores das maiores redes de agências no país, foi possível analisar qual a representatividade das tarifas bancárias em relação às despesas administrativas e às receitas operacionais do sistema bancário antes e após a implementação do Plano Real.

Tabela 14 - Evolução das tarifas bancárias frente ao total das despesas administrativas e receitas operacionais

Tarifas bancárias / Despesas administrativas										
Dez-93	Jun-94	Dez-94	Jun-95	Dez-95	Jun-96	Dez-96	Jun-97	Dez-97	Jun-98	Dez-98
6,07	6,02	13,32	16,31	18,35	19,03	20,49	13,81	23,94	26,1	27,03
Tarifas bancárias / Receitas operacionais										
Dez-93	Jun-94	Dez-94	Jun-95	Dez-95	Jun-96	Dez-96	Jun-97	Dez-97	Jun-98	Dez-98
0,46	0,37	2,41	2,88	3,91	5,12	5,88	6,74	5,19	6,22	6,26

Fonte: COSIF – DEORF/COPEC. In: Banco Central do Brasil. O sistema financeiro nacional e o plano real. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r199812/texto.asp?idpai+revsfn199812>>

Em Jun/94 as tarifas bancárias representavam 6,02% das despesas administrativas do sistema bancário, em Dez/98 essa fonte de captação de recursos já representava 27,03%. Com relação às receitas operacionais, de Dez/93 até Dez/98, as tarifas bancárias passaram de 0,46% para 6,26% do total destas receitas. A cobrança de tarifas bancárias passou a ser uma importante alternativa de captação de recursos para sistema bancário após a perda da receita inflacionária.

4.2.1 – Evolução do capital externo no Sistema Financeiro Nacional.

A Exposição de Motivos nº 311, de agosto de 1995, do Ministério da Fazenda, estabelecia a necessidade de abertura do sistema Financeiro Nacional ao capital externo. Os argumentos usados para tal decisão eram de que havia escassez de capitais nacionais, de que o sistema ganharia com a introdução de novas tecnologias, de que haveria maior competitividade entre os bancos e que a capacidade financeira dos bancos estrangeiros era superior a dos nacionais. A Resolução 2.212, de novembro de 1995, do Banco Central do Brasil, eliminou a exigência de que um banco estrangeiro que pretendesse instalar-se no país deveria possuir um capital mínimo equivalente ao dobro daquele exigido de um banco nacional. Porém, ao analisar os pedidos de entrada dos bancos estrangeiros no país, o Banco Central deveria analisar, além da capacidade financeira e a solidez da instituição, os interesses nacionais. No rol de problemas e prioridades do sistema financeiro estavam a busca de solução para os bancos em dificuldades e o fortalecimento do sistema financeiro nacional. A partir dessas mudanças, um grande número de bancos demonstrou interesse em ingressar no país, o que levou o Banco Central a estipular um pedágio para entrada destes. O valor cobrado de cada instituição estrangeira entrante no país varia de acordo com a situação em que se encontra a instituição financeira a ser adquirida.

Em função da entrada de um maior número de bancos estrangeiros no país, o sistema ficou menos concentrado quando analisado apenas os bancos com controle ou participação estrangeira.

Tabela 15 - Participação percentual nos ativos totais do grupo

GRUPO DE INSTITUIÇÕES	1988	1994	1998
3 maiores instituições	57,06	36,86	27,57
10 maiores instituições	93,17	74,95	61,13
20 maiores instituições	99,62	92,21	83,73
Total bancos estrang/controlado estrangeiro	100	100	100

Fonte: COSIF - DEORF/COPEC. In: Banco Central do Brasil. O sistema financeiro nacional e o plano real. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r199812/texto.asp?idpai+revsfn199812>>

Em 1988 os três maiores bancos com controle estrangeiro no país detinham 57,06% dos ativos totais do grupo, dez anos depois, após a abertura do sistema financeiro ao capital externo, os três maiores bancos estrangeiros detêm apenas 27,57% do total de ativos

do grupo. Isso mostra que diminuiu a concentração no sistema quando analisados somente os bancos com controle estrangeiro.

A participação brasileira no sistema financeiro de outros países vem sofrendo uma redução nos últimos anos, em Dez/99 o Brasil possuía 67 bancos que atuavam no exterior através de agências próprias, escritórios ou participações em outras instituições, segundo relatório do Banco Central, em Ago/04 esse número caiu para 47 bancos.

4.2.2 – Quantidade de instituições bancárias por segmento.

A partir da implementação do plano Real, o sistema bancário, não consideradas as cooperativas, manteve uma tendência de redução de sua base. Em 1994 teve início um período de reestruturação societária, organizacional e operacional. Esta última é marcada pela segregação das operações dos diversos nichos de mercado em que atuam, chamados, segundo o Banco Central: bancos dentro do banco. Os bancos passaram a oferecer um atendimento segmentado a seus clientes no intuito de diferenciar produtos e serviços e direcioná-los de acordo com o faturamento e renda das pessoas jurídicas e físicas.

Vários bancos buscaram o crescimento de escala investindo em aquisições. Através das privatizações dos bancos estaduais, o setor privado passou a contar com as contas dos serviços de vários órgãos públicos. Some-se a isso a aquisição de instituições de pequeno e médio porte por parte de grandes conglomerados financeiros.

Tabela 16– Quantidade de instituições por segmento

TIPO	Dez-93	Dez-94	Dez-95	Dez-96	Dez-97	Dez-98	Dez-99	Dez-00	Dez-01	Dez-02	Dez-03	Ago-04
Banco Múltiplo	206	210	205	191	179	173	168	163	153	143	141	139
Banco Comercial	35	34	35	38	36	28	25	28	28	23	23	24
Caixa Econômica	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Sub-total	243	246	242	231	217	203	194	192	182	167	165	164
Cooperativa de crédito	877	946	980	956	1015	1088	1183	1235	1333	1374	1454	1449
Total	1120	1192	1222	1187	1232	1291	1377	1427	1515	1541	1619	1613

Fonte: Banco Central do Brasil (Relatórios de vários anos). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN>>

Em Dez/93, seis meses antes da implementação do plano de estabilização econômica, 210 bancos múltiplos faziam parte do Sistema Financeiro Nacional, este número pode ser visto como resultado da regulamentação deste segmento no país, em Ago/04 o sistema conta com 139 bancos múltiplos, o que representa uma redução de 32,5%. Os bancos comerciais foram reduzidos em 31,4%, passaram de 34 instituições em Dez/93 para 24 em Ago/04. As caixas econômicas tiveram uma redução de 50%, em Dez/93 existiam 2 contra apenas 1 existente em Dez/04. No conjunto esses três segmentos do sistema bancário tiveram uma redução de 32,5% em aproximadamente 10 anos, o que significou o desaparecimento de 79 bancos.

Ao contrário do que vem ocorrendo com a maior parte dos bancos, nos últimos anos as cooperativas de crédito apresentaram um crescimento constante, passando de 877 instituições em Dez/93 para 1449 em Ago/04, o que representa um crescimento de aproximadamente 65%. Estas são instituições criadas e controladas pelos associados, para prestar serviços aos próprios associados que buscam prioritariamente obter crédito para alavancar o empreendimento a que se dedicam como atividade principal. Em virtude dos baixos custos, as cooperativas de crédito podem operar em áreas de baixo potencial econômico, fato que não ocorre com as demais instituições bancárias que caracterizam-se pela busca constante de maior retorno e menor risco. As cooperativas de crédito contribuem para a redução dos spreads bancários e das tarifas de serviços. O modelo cooperativista de crédito vem aperfeiçoamento suas regras a cada ano. Vem ocorrendo uma evolução constante com relação à gestão, administração e controle, o que permitiu a implantação de um modelo mais eficaz de supervisão.

O segmento de microfinanças, integrado pelas SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor⁵, pelas CC – Cooperativas de Crédito e pelos correspondentes no país, apresentou significativo crescimento nos últimos anos. Em 1999 foram criadas as primeiras SCM, em 2003 o Sistema Financeiro Nacional já conta com a existência de 49 sociedades.

⁵ SCM: Segundo o Banco Central, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) regem-se pela Lei n.º 10.194, de 14.2.2001. Seu objeto social exclusivo é a concessão de financiamentos a pessoas físicas e a microempresas, para viabilização de empreendimentos de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor. São disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil. É vedada a participação societária, direta ou indireta, do setor público no capital de SCM. O capital realizado e de patrimônio líquido mínimos são de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro brasileiro, segundo Banco Central do Brasil (Relatório de Atividades da Diretoria de Fiscalização: 1995 – 2002), ocorreu da seguinte forma:

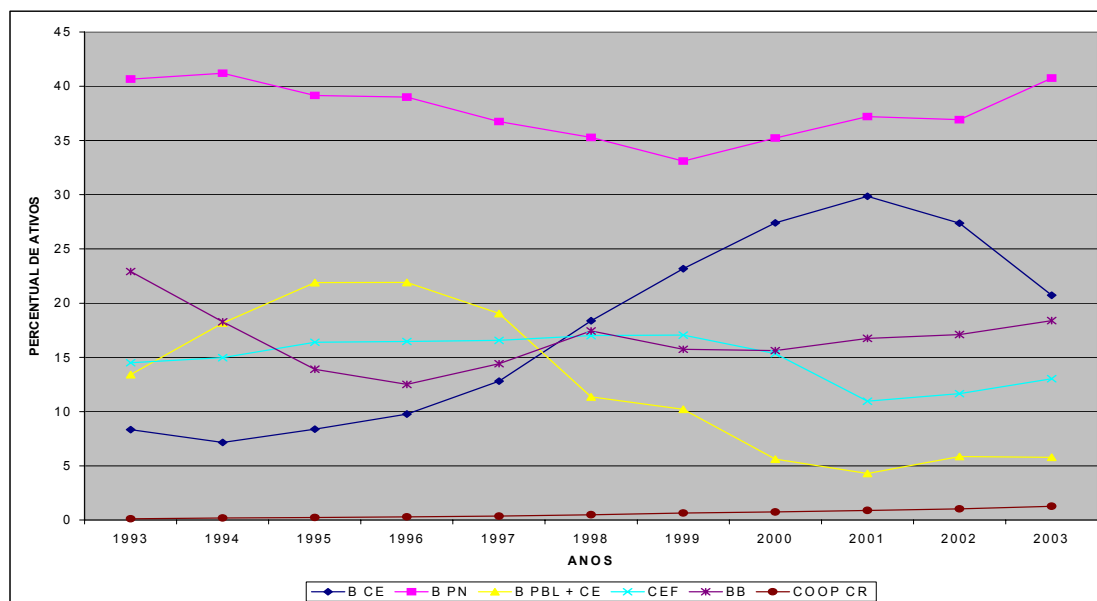
- No período de 17.01.1994 a 30.09.2002 houve a decretação de regime especial em 57 instituições bancárias;
- instituições foram saneadas através da venda de parcela de ativos e passivos ou a transferência de controle, envolvendo recursos do PROER – Programa de Estímulo e Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional;
- houve privatizações e saneamentos de bancos públicos estaduais, que resultaram na redução da participação do setor público estadual no sistema financeiro;
- o programa de fortalecimento das instituições públicas federais, realizado principalmente pela troca com a União de ativos de baixa liquidez e remuneração por outros ativos mais líquidos, e pelos aumentos de capital realizados pelo Tesouro Nacional;
- a entrada de grupos financeiros internacionais através da aquisição de bancos com problemas e bancos em atividade normal, da associação com instituições nacionais e da aquisição de instituições públicas estaduais através de participação em leilões de privatização;
- e
- aquisição do controle de instituições de pequeno e médio portes por grandes conglomerados financeiros.

4.2.3 – Análise dos ativos, do patrimônio, das operações de crédito e das operações de depósito do sistema bancário brasileiro no período de 1993 a 2003.

A evolução do Sistema Bancário Brasileiro após o Plano Real pode ser analisada com base na participação de seus diversos segmentos no total de ativos, do patrimônio, das operações de créditos e das operações de depósitos da área bancária. O período analisado é de dez anos, inicia em Dez/1993, seis meses antes da implementação do plano e vai até Dez/2003.

Com relação aos ativos, a evolução dos diversos segmentos pode ser observada no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária



Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório anual de 1999 e Relatório anual de 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN>>

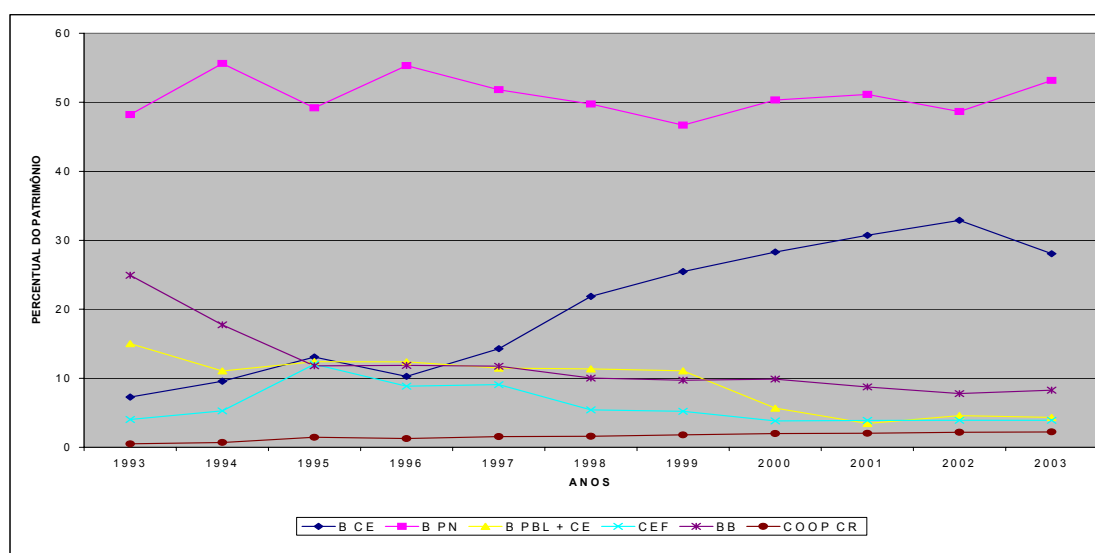
Legenda: BCE- Banco com Controle Estrangeiro
 BPN- Banco Privado Nacional
 B PBL- Banco Público
 CE- Caixa Estadual
 CEF- Caixa Econômica Federal
 BB- Banco do Brasil
 COOP CR- Cooperativa de Crédito

Os segmentos que apresentaram maior crescimento com relação a participação no total de ativos do grupo foram as cooperativas de crédito, que passaram de 0,13% em 1993 para 1,28% em 2003, representando um crescimento de 984,61%. Os bancos com controle estrangeiro detinham 8,35% dos ativos em 1993, chegaram a 29,86% em 2001 e fecharam 2003 com uma participação de 20,73%, o crescimento no período foi de 248,26%. Os bancos privados nacionais terminaram 2003 com a mesma participação de 1993, cerca de 40%, apresentaram a maior queda em 1999, quando chegaram em 33,11%. Os bancos públicos e as caixas estaduais foram os segmentos que obtiveram a maior redução em relação aos ativos, detinham 13,41% em 1993, apresentaram um crescimento nos anos seguintes, chegando a 21,92% em 96, a partir deste ano entraram em declínio chegando em Dez/1993 com 5,79%, perfazendo uma redução de 56,82%, tal redução é justificada em grande parte pelo processo de privatização. A CEF detinha 14,51% em 93, atingiu seu ponto máximo em 1999 com 17,06%, sofreu uma redução no ano seguinte e voltou a crescer a partir de 2001, encerrando 2003 com 13,04%. Essa retomada de crescimento pela CEF ocorreu em função do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, criado em 2001, o que possibilitou a

reestruturação do patrimônio e a capitalização da instituição. Houve expansão do atendimento através de rede própria e também por correspondentes bancários. O Banco do Brasil passou de 22,93% em 1993 para 12,52% em 1996, nos anos seguintes voltou a crescer, terminando 2003 com 18,4%. O crescimento na participação dos ativos pelo Banco do Brasil nos últimos anos é explicado, em parte, pela criação do Banco Popular do Brasil, através do qual esta instituição aumentou a concessão de crédito para a população de baixa renda.

Com relação ao patrimônio total da área bancária, os segmentos que obtiveram o maior crescimento foram as cooperativas de crédito, seguidas pelos bancos com controle estrangeiro. A maior queda foi registrada pelos bancos públicos e caixas estaduais, seguidos pelo Banco do Brasil.

Gráfico 4 - Participação percentual das instituições no patrimônio da área bancária



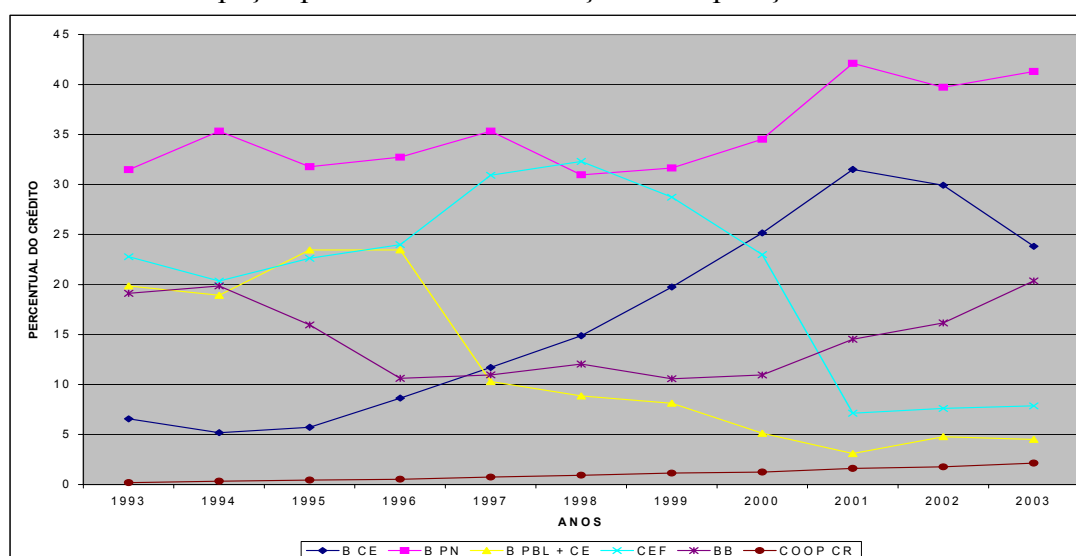
Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório anual de 1999 e Relatório anual de 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN>>

As cooperativas de crédito detinham 0,5% do total do patrimônio da área bancária em 1993, após um crescimento de 448%, terminaram 2003 com 2,24%. Os bancos com controle estrangeiro passaram de 7,28% em 1993 para 32,89% em 2002, representando um crescimento de 385,44%, nesse período houve a aquisição de vários bancos nacionais pelos bancos estrangeiros, em 2003 a participação dos bancos estrangeiros era de 28,06%. Os bancos públicos e as caixas estaduais representavam 15,02% do total do patrimônio em 1993, em função da implementação do PROES, encerraram 2003 com 4,33%, perfazendo uma queda de 71,17% no período. O Banco do Brasil teve sua participação reduzida em 66,79%, passou de 24,93% em 1993 para 8,28% em 2003. Os bancos privados nacionais detinham

48,23% em 1993 e chegaram no final do período com 53,17%. O crescimento ocorrido entre 2002 e 2003, de 48,66% para 53,17%, pode ser atribuído à reversão do processo de entrada de bancos estrangeiros no país e também porque os bancos nacionais tornaram-se mais eficientes depois dos ajustes ocorridos em função do plano de estabilização econômica. A CEF apresentou pouca oscilação, passando de 4,04% em 1993 para 3,92% em 2003.

Quanto às operações de crédito, também foram as cooperativas de crédito que apresentaram o maior crescimento em relação ao total de operações de crédito da área bancária, seguidas pelos bancos com controle estrangeiro. A maior queda foi registrada pelos bancos públicos e caixas estaduais.

Gráfico 5 – Participação percentual das instituições nas operações de crédito da área bancária



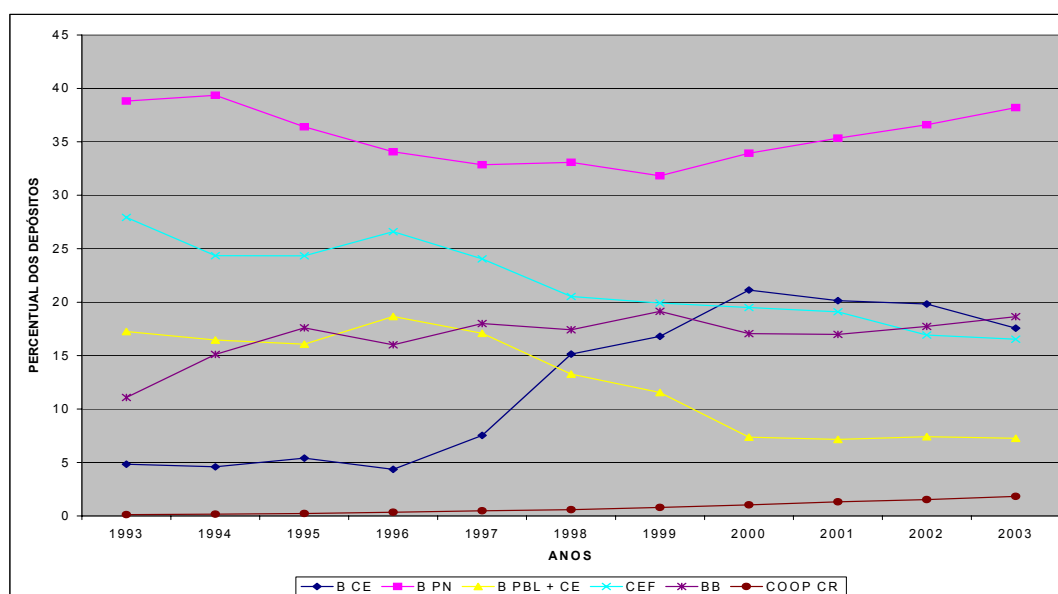
Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório anual de 1999 e Relatório anual de 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN>>

O crescimento das cooperativas de crédito foi de 2.373,68%, este segmento passou de 0,19% em 1993 para 4,51% em 2003. Os bancos com controle estrangeiro apresentaram um crescimento de 642,22%, detinham 6,56% do total das operações de crédito em 1993, passaram para 42,13% em 2001 e fecharam 2003 com 23,82%, o que confirma a tendência de queda destas instituições no país nos últimos anos. Os bancos públicos e caixas estaduais tiveram sua participação reduzida em 77,29%, passaram de 19,86% em 1993 para 4,51% em 2003. A CEF foi o segundo segmento a registrar maior queda com relação ao crédito, detinha 22,78% em 1993, aumentou sua participação para 32,31% em 1998, nos anos seguintes sofreu redução, porém, em 2001 conseguiu estabilizar sua posição e chegou ao final de 2003 com 7,86%, perfazendo uma redução de 65,5% no período. Os bancos privados nacionais detinham 31,49% do total das operações de crédito em 1993, atingiram 42,13% em

2001, sofreram uma pequena redução nos anos seguintes, mas mantiveram a tendência de crescimento, passando de 39,25% em 2002 para 41,31% em 2003.

A participação dos diversos segmentos no total de depósitos da área bancária sofreu relevantes alterações na última década. As cooperativas de crédito mantiveram-se líder em percentual de crescimento, seguidas pelos bancos com controle estrangeiro. O segmentos que apresentaram maior redução foram os bancos públicos e as caixas estaduais, seguidos pela CEF.

Gráfico 6 – Participação percentual das instituições nos depósitos da área bancária



Fonte: Banco Central do Brasil. Relatório Anual de 1999 e Relatório Anual de 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN>>

Em 1993, as cooperativas de crédito participavam com 0,12% do total de depósitos da área bancária, em 2003 sua participação já era de 1,82%, representando um crescimento de 1.516,66%. Os bancos com controle estrangeiro detinham 4,83% em 1993, atingiram 21,14% em 2000 e terminaram 2003 com 17,56%. Os bancos públicos e as caixas estaduais detinham 17,25% do total dos depósitos em 1993, chegaram a 18,66% em 1996 e terminaram 2003 com 7,26%, o que representa uma queda de 57,91%. A CEF reduziu sua participação em 40,81%, de 27,93% em 1993 para 16,53% em 2003. O Banco do Brasil apresentou um crescimento de 57% no período, passando de 11,88% em 1993 para 19,14% em 1999 e 18,64% em 2003. Os bancos privados nacionais iniciaram o período com 38,8%, chegaram a 31,82% em 1999, voltaram a crescer nos anos seguintes e terminaram 2003 com 38,19%.

É possível verificar a concentração no sistema bancário através da participação percentual dos maiores bancos em uma determinada variável do segmento bancário. A Tabela 17 mostra a participação de três grupos de bancos nos ativos totais deste segmento. O primeiro grupo engloba os cinco maiores bancos, o segundo grupo é constituído pelos dez maiores bancos e do terceiro grupo fazem parte os vinte maiores bancos do sistema financeiro nacional.

Tabela 17 - Participação percentual dos 5, 10 e 20 maiores bancos e CEF nos ativos totais do segmento bancário.

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
5 maiores	52,55	50,03	51,23	48,70	50,18	50,53	50,67	50,20	47,94	50,69	53,66
10 maiores	65,76	62,96	64,38	60,10	61,27	62,68	62,70	64,10	62,38	64,14	67,21
20 maiores	76,26	75,77	75,70	72,03	75,88	75,44	76,51	78,23	77,32	79,73	81,26

Fonte: COSIF - DEORF/COPEEC. In: Banco Central do Brasil. Relatório anual de 1999 e Relatório anual de 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN>>

Em 1993, o grupo formado pelos cinco maiores bancos do Sistema Financeiro Nacional participava com 52,55% dos ativos totais deste segmento, sofreu uma redução de aproximadamente quatro pontos percentuais nos anos seguintes, chegando em 1996 com 48,70%. Nos quatro anos que se seguiram o grupo apresentou um crescimento de cerca de dois pontos percentuais. Em 2001 sofreu a maior redução do período, chegando a 47,94%. A partir deste ano voltou a crescer, chegando em 2003 com 53,66% dos ativos totais do segmento bancário. O grupo formado pelos dez maiores bancos detinha 65,76% do total dos ativos deste segmento em 1993, nos dez anos seguintes, a maior redução ocorreu em 1996, chegando a 60,10%. Nos próximos anos o grupo voltou a crescer, sofreu nova redução em 2001 e chegou em 2003 com 67,21%. É possível verificar a concentração no sistema bancário também quando analisado o grupo formado pelos vinte maiores bancos, este grupo detinha 76,26% do total de ativos deste segmento em 1993, dez anos após este número foi elevado para 81,26%, um crescimento de cinco pontos percentuais. A maior redução no período ocorreu em 1996, quando o grupo detinha 72,03% dos ativos totais do grupo.

Segundo Relatório de Estabilidade Financeira (2004) do Banco Central do Brasil, os grandes bancos nacionais vem realizando diversas aquisições de instituições financeiras, na maior parte estrangeiras, favorecendo assim, a concentração do sistema bancário brasileiro. Isso é decorrente da busca por ganhos de escala no sistema financeiro, estratégia já verificada

em anos anteriores. A necessidade de compensar a perda de receita decorrente da redução das taxas de juros fez com que os bancos procurassem aumentar o volume de operações, o que ocorre tanto pela via das aquisições, quanto pela via do crescimento orgânico. O setor privado é caracterizado pelos movimentos de transferência de controle, fusões e cisões, enquanto que no setor público verifica-se a constituição de instituições voltadas aos estratos da população de baixa renda.

O movimento de crescimento no número de bancos estrangeiros no país verificado na segunda metade da década de noventa não é verificado atualmente. Segundo o mesmo relatório do Banco Central, após superadas as dificuldades de ajustes decorrentes do plano de estabilização econômica implementado em 1994, os bancos nacionais apresentaram-se mais eficientes e aptos a competir. As instituições estrangeiras perceberam que para manter-se no mercado brasileiro deveriam possuir escala em níveis compatíveis com os nacionais. Porém, devido os altos custos para realização de aquisições, algumas instituições estrangeiras optaram por reduzir ou, até mesmo, encerrar a atuação no Brasil.

5. CONCLUSÃO

É possível verificar a existência de quatro fases distintas no Sistema Financeiro Brasileiro. A primeira vai do fim do período colonial até os primeiros anos da República, a segunda abrange o período das guerras e da Grande Depressão, a terceira tem início em 1945, encerrando-se com as reformas institucionais de 1964/65, e a quarta inicia-se com as reformas e estende-se até os dias atuais.

Os anos de 1964/65 foram de grande importância para o sistema financeiro nacional, pois, nesse período foram promulgadas três leis que causaram profundas reformas institucionais no sistema. A Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação, BNH, e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação-SFH. A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, dispôs sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, também transformou a SUMOC e seu Conselho, respectivamente, no Banco Central do Brasil e no Conselho Monetário Nacional. A Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento.

A década de 70 foi marcada por grande concentração no sistema financeiro do país. Esse fato ocorreu em função das fusões e aquisições que vinham acontecendo desde o pós-guerra. Em 1970 o país contava com 170 bancos, em 1985 este número foi reduzido para 112.

Em 1988, com a edição da Resolução 1524, de 21/09/1988, do Banco Central do Brasil, foi legalizado o funcionamento dos bancos múltiplos. Nos anos seguintes houve um crescimento contínuo no número de estabelecimentos bancários no país. Os bancos obtinham receitas elevadas em função das altas taxas de inflação que vigoravam no período.

Em 01 de julho de 1994, com a implementação do Plano Real, houve uma mudança expressiva no cenário econômico do país. Com a queda nos índices de inflação, ocorreu aumento no volume de depósitos nos bancos, o que possibilitou que os bancos elevassem a concessão de empréstimos e financiamento, porém, a concessão de crédito foi feita de forma pouco criteriosa e, no período seguinte, veio a inadimplência. Aqueles bancos que antes da implementação do plano de estabilização econômica já se encontravam em situação problemática ameaçaram quebrar. Essa situação deu origem à crise bancária de 95.

No momento da estabilização, verificou-se a fragilidade dos bancos públicos e de vários bancos privados de grande porte. Teve início então, um período de transformação expressiva para o setor bancário do país. Os bancos que sob regime de inflação baixa não apresentaram economias de escala ou não poderiam viver sem o *floating* foram comprados ou simplesmente extintos.

Os grandes bancos nacionais em boa saúde não dispunham dos recursos, nem da disposição para resolver todos os problemas do sistema financeiro. Portanto, em agosto de 1995, através da Exposição de Motivos nº 311, do Ministério da Fazenda, foi estabelecida a abertura do Sistema Financeiro Nacional ao capital externo. A partir desse ano os bancos estrangeiros elevaram significativamente sua participação nos ativos, no patrimônio, nas operações de crédito e nas operações de depósito do sistema bancário brasileiro. Esse crescimento da participação do capital estrangeiro no sistema bancário nacional se deu, principalmente, através da aquisição de bancos nacionais em situação problemática. A permissão para ingresso de grupos financeiros internacionais em nosso mercado facilitou o processo de consolidação, contribuindo também para o fortalecimento de um ambiente competitivo.

Os programas instituídos pelo Governo Federal contribuíram, sobremaneira, para o saneamento do sistema bancário. O PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, desempenhou papel relevante ao preservar os interesses dos depositantes dos bancos, da mesma forma que procurou sempre inculcar responsabilidades às instituições financeiras com problemas e seus controladores. No âmbito do PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, houve uma redução na participação das instituições financeiras estaduais, o que ocorreu com a adesão voluntária dos governos estaduais. O fortalecimento dos bancos públicos federais ocorreu através do PROEF – Programa de Fortalecimento das Instituições Públicas Federais, através desse programa, bancos públicos federais foram saneados e preparados para atuar de forma mais competitiva e rentável.

Em suma, ao analisar as principais mudanças na estrutura do sistema bancário brasileiro após a implementação do Plano Real, verifica-se que o sistema sofreu redução no número de bancos públicos, tornou-se mais concentrado e com maior participação de instituições estrangeiras. Com relação ao número de bancos, excetuando-se as Cooperativas de Crédito, a redução foi de 79 instituições no período de 1993 até 2004. É possível verificar a concentração no sistema também com relação à participação percentual dos maiores bancos nos ativos totais do segmento bancário. O grupo dos grandes bancos abocanha atualmente

uma fatia maior dos ativos totais do segmento se comparado a 1993, às vésperas do Plano Real.

Atualmente o sistema bancário brasileiro continua com tendência à concentração, porém, ao contrário do que ocorreu nos anos seguintes à implantação do Plano Real, o capital estrangeiro vem diminuindo sua participação no sistema. Isso ocorre porque após superadas as dificuldades de ajustes decorrentes do plano de estabilização econômica implementado em 1994, os bancos nacionais apresentaram-se mais eficientes e aptos a competir. As instituições estrangeiras perceberam que para manter-se no mercado brasileiro deveriam possuir escala em níveis compatíveis com os nacionais. Porém, devido os altos custos para realização de aquisições, algumas instituições estrangeiras optaram por reduzir ou, até mesmo, encerrar a atuação no Brasil.

A estratégia atual utilizada no sistema bancário é a busca por ganhos de escala, no intuito de manter-se competitivo. A necessidade de compensar a perda de receita decorrente da redução das taxas de juros fez com que os bancos procurassem aumentar o volume de operações, o que ocorre tanto pela via das aquisições, quanto pela via do crescimento orgânico. A redução no número de instituições bancárias, múltiplas e comerciais, verificada no período de 2000 a 2003, explica-se pela continuidade desse movimento. O único segmento do sistema bancário que apresenta crescimento com relação ao número de instituições é o setor de microcrédito, até porque, há forte incentivo governamental para que isso ocorra.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNI, Dulio de Avila et al. **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. Florianópolis: Ganges, 1998. 258 p.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de, et al. **Economia monetária e financeira**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 101-117 e 234-337.

KRETZER, Jucélio. **Os efeitos das fusões e incorporações na estrutura do mercado bancário brasileiro: 1964-1984**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Moeda e bancos**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1982. p. 256-323.

MISHKIN, Frederic S. **Moedas, bancos e mercados financeiros**. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. P. 119-212.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 38-64 e 312-326.

TROSTER, Roberto Luis. SOLIMEO, Marcel. (Edit). **Plano real - pára ou continua?** São Paulo: Makron Books, 1997.

Sites eletrônicos

ASSOCIAÇÃO DE BANCOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MEIRELLES, Antonio Chagas. **O real e a nova estrutura do sistema bancário**.. Disponível em : <<http://www.caringi.com.br/aberj/real.htm>>. Acesso em: 12 Abr 2004.

ASSOCIAÇÃO DE BANCOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. KASZNAR, Istvan Karoly. **Os bancos e a estabilização econômica**. Disponível em : <<http://www.caringi.com.br/aberj/economia.htm>>. Acesso em: 12 Abr 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de atividades da diretoria de fiscalização – 1995 – 2002. **Evolução recente do sistema financeiro nacional**. Disponível em : <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 Jun 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório consolidado de 1988 a 2000**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 31 Ago 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Composição e evolução do SFN. **Composição**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 10 Abr 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**. Relatórios anuais de 1996 até 2003. Disponível em : <<http://www.bcb.gov.br/htms/banualc2.asp>>. Acesso em: 05 Jun 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Supervisão e saneamento. Saneamento e desestatização. **PROER**. Disponível em : <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 10 Ago 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Supervisão e saneamento. Fiscalização. **Relatório de 8 anos**. Disponível em : <<http://www.bcb.gov.br/?REL8FISC>>. Acesso em: 14 Maio 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira**. Maio 2004 v. 3, n.1. Disponível em : <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2004_maio/ref_2004_portugues_completo.pdf>. Acesso em: 11 Out 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e Finanças. **Notas Técnicas. n. 38**, Jun 2003. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?NOTASTEC>>. Acesso em: 10 Ago 2004.

BARBANCHAN, José Santiago Fajardo. FONSECA, Marcelo Maciel da. **Concentração bancária brasileira: uma análise microeconômica**. FinanceLab Working Paper – FLWP. 2004-02. Disponível em: <http://www.ibmec.br/sub/SP/download.php?recid=2796>. Acesso em: 17 Jul 2004.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Sistema financeiro**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/economia/sistfin/apresent/apresent.htm>> Acesso em: 03 Jun 2004.

COSIFE – Portal de Contabilidade. Manual de normas e instruções: MNI 01-04-01. **Organização de instituições financeiras e assemelhadas**. Cap. 4. Seção 1. Disponível em: <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=mni010401> Acesso em: 04 Out 2004.

COUTINHO, Mauro Sudano. **Fragilidade econômica e ajuste fiscal do sistema bancário comercial brasileiro pós-plano real**. Dissertação Mestrado em Economia – FACE. Fev. 1999. Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1225/pag6.html> Acesso em: 14 Ago 2004.

GARMAN, Christopher; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Impactos das relações Banco Central x Bancos Estaduais no arranjo federativo pós-1994: análise à luz do caso Banespa**. In XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1998. Disponível em: <<http://www.clacso.edu.ar/~libros/anpocs/garman.rtf>>. Acesso em: 14 Abr 2004.

MANCE, Euclides André. Globalização, subjetividade e totalitarismo. Elementos para um estudo de caso: o governo FHC. **As três fases do plano real**. Disponível em: <<http://www.milênio.com.br>> Acesso em: 25 Jun 2004.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial.** BNDES. Textos para discussão n. 68. Rio de Janeiro, mar 1999. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 25 Jun 2004.

SALVIANO JUNIOR, Cleotas. **Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao PROES.** Brasília, 2004. 152p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf> Acesso em: 14 Abr 2004.

SZMIT, Rafael. **A ameaça de crise sistêmica em 1995 e o programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional – PROER.** Monografia de Bacharelado. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ago 1999. Disponível em: <<http://www.geocities.com/rafszmit/>>. Acesso em: 19 Jul 2004.

TROSTER, Roberto Luis. **Concentração bancária.** Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Conc0404.pdf>>. Acesso em: 13 Maio 2004.